UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
HUMANA

**O processo de desindustrialização no bairro do Ipiranga e
suas consequências sócio-espaciais**

Versão Corrigida

André Borsa José

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Profa. Dra. Lea Francesconi

São Paulo
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

André Borsa José

O processo de desindustrialização no Ipiranga e suas consequências sócio-espaciais

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre .
Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha mãe Iolanda Borsa José pelo apoio e ensinamentos dados ao longo de toda essa vida. A meu pai e minha irmã pela convivência

À memória do meu tio Carlos Alberto Borsa, falecido em 2009 e que apesar de distante fisicamente sempre nos deu apoio nas decisões difíceis.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas e companheiros do grupo de Pós-Graduação do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) da Universidade de São Paulo – USP – especialmente Herodes e Amir pela ajuda no desenvolvimento da redação desta dissertação de Mestrado.

A Professora Dra. Odette Carvalho de Lima Seabra pelas discussões e dúvidas tiradas em nossas discussões sobre o urbano no Laboratório de Geografia Urbana.

Aos moradores do Ipiranga especialmente ao Sr. José Alves dos Santos e Sr. Ortwin Otto Zenziger pelas informações a respeito da sua vivência no antigo bairro industrial e operário.

À minha mãe Iolanda Borsa José pela confecção das fotos.

À minha irmã Kátia Borsa José pela digitalização dos mapas e das fotografias, hoje aluna graduação da Universidade de São Paulo no curso de Gestão Ambiental no campus da zona leste.

Aos professores da Universidade de São Paulo pela minha formação acadêmica e especial à Professora Dra. Rosa Ester Rossini pelos estímulos dados para o meu ingresso na Pós-Graduação.

Às observações críticas, análises e sugestões de Aluísio Wellinchan Ramos e Flávia Ulian na ocasião do Exame de Qualificação.

A Universidade de São Paulo (USP) por ser um campo fértil na formação acadêmica em todos os seus níveis.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH pelo seu alto grau de excelência acadêmica.

Ao Professor Dr. Milton de Abreu Campanário pelas importantes discussões acadêmicas e o aprendizado desenvolvido no curso de Política Industrial na Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo da FEA/USP.

E especial à profa. Lea Francesconi, pela paciência, dedicação e confiança em mim depositada na orientação desta dissertação de Mestrado.

RESUMO

JOSÉ, André Borsa. **O processo de desindustrialização no Ipiranga e suas consequências sócio-espaciais.** 2010. 138f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A nossa pesquisa teve como objetivo analisar o processo de desindustrialização e suas consequências sócio-espaciais. O Ipiranga, área localizada na zona sul de São Paulo foi um antigo bairro operário e industrial, formado pelo processo de industrialização. Atualmente, as indústrias, em sua maior parte, deixaram o Ipiranga, provocando grandes mudanças na sua formação sócio-espacial. Com o processo de desindustrialização, observamos antigos galpões industriais fechados, terrenos com prédios industriais em ruína com mato crescendo. Esta paisagem caracteriza, sobretudo, as áreas de várzea do Ipiranga, devido à maior desvalorização dos terrenos localizados nestes locais. No Alto do Ipiranga, temos uma maior ocupação destas áreas. Observamos, neste setor do antigo bairro operário e industrial, uma verticalização do seu espaço. Lançamentos imobiliários se instalaram, nessa área, e valorizaram muito o preço da terra urbana no Alto do Ipiranga. Mais recentemente, esse processo de verticalização também vai chegando às áreas de várzea do Ipiranga. Com isso, a tendência é o aumento do valor do solo urbano em nossa área de estudo como um todo. Desta forma, o Ipiranga vai se transformando num lugar de moradia das classes média e alta da sociedade paulistana.

Palavras-chave: Ipiranga, urbano, industrialização, desindustrialização, e verticalização

ABSTRACT

Our research aimed to analyse the process of de-industrialization and its socio-spatial consequences. Ipiranga district, area located in the south region of São Paulo, was an old working class and industrial district, formed by the process of industrialization. Nowadays, most part of those industries left Ipiranga, causing important changes in its socio-spatial formation. With the process of deindustrialization we can see old factory buildings closed, urban lots with industrial buildings in ruins with growing grass. This landscape features, especially, the lowland areas of Ipiranga, due to a higher depreciation of land located at these sites. In Alto do Ipiranga, we have a major occupation of these areas. We observed in this sector an old working class and industrial district the verticalization of its space. Released estates settled in this area, and caused a high valorization of urban land in Alto do Ipiranga. More recently, this process of verticalization also reaches lowlands of Ipiranga. Thus, the trend is an increasing value of urban land in our study area as a whole. This way, Ipiranga is being transformed into a housing place for middle and upper class of São Paulo's society.

Keywords: Ipiranga, urban, industrialization, deindustrialization, verticalization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO MODERNOS	5
1.1 O CONTEXTO MUNDIAL: A GÊNESE DO PROCESSO URBANO E INDUSTRIAL	5
1.2 BRASIL: GÊNESE DA INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	13
1.3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO	22
2 A CIDADE E O BAIRRO NO CONTEXTO DA METRÓPOLE	26
3 O IPIRANGA, UM LUGAR IMERSO NA METRÓPOLE, EM PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	41
3.1 AS ORIGENS DO BAIRRO DO IPIRANGA	41
3.2 OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BAIRRO DO IPIRANGA	46
3.2.1 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA JAFET NA INDUSTRIALIZAÇÃO E NA URBANIZAÇÃO DO BAIRRO DO IPIRANGA	55
3.3 O BAIRRO DO IPIRANGA NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO	56
3.4 A SAÍDA DAS INDÚSTRIAS DO IPIRANGA NO CONTEXTO DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ANTIGO BAIRRO OPERÁRIO E INDUSTRIAL	61
3.5 O PROCESSO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO IPIRANGA E O NOVO PAPEL DA ÁREA DE ESTUDO NO CONJUNTO DA METRÓPOLE	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
BILIOGRAFIA	104

O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO IPIRANGA E SUAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO- ESPACIAIS

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo inicial o estudo do processo de desindustrialização no vale do Tamanduateí e suas consequências em relação às transformações sócio-espaciais. Mas, como investigar o processo de desindustrialização numa área tão ampla como o vale do Tamanduateí seria um estudo muito complexo, decidimos estabelecer um recorte da área de estudo.

Nossa escolha, foi então limitar, para a presente pesquisa, a parte do Tamanduateí que abrange o antigo bairro industrial e operário do Ipiranga. O motivo desta escolha foi o próprio fato do Ipiranga ter sido um antigo bairro de indústrias da cidade de São Paulo. No processo de desenvolvimento da pesquisa, percebemos a necessidade de definir uma parte do Ipiranga para estudar o processo de desindustrialização porque abrangia uma grande complexidade, de modo a comprovar de forma satisfatória a existência deste processo. Devido a este motivo delimitamos quatro ruas no Ipiranga (Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Bom Pastor e Silva Bueno) por sua localização e extensão abrangendo o alto e o baixo desta localidade. Além deste fato, a escolha desses quatro logradouros deveu-se a presença de uma quantidade significativa de unidades fabris, com base nos dados do Cadastro Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 1965.

Este levantamento foi o único feito pelo IBGE detalhando a relação de indústrias presentes em cada distrito do município de São Paulo. O IBGE publicou outros Censos Industriais para os anos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, mas esses levantamentos atingem apenas a escala do município de São Paulo como um todo não diferenciando as indústrias por bairros ou endereços. Assim, não foi possível estabelecermos uma análise da variação do número de indústrias num período mais detalhado. Mas, a nossa observação de campo, realizada entre os dias 6 e 8 de julho de 2009 nas quatro ruas delimitadas, permitiu-nos, fazer a comparação entre os dados obtidos a partir do Cadastro Industrial do IBGE/1965 com os dias atuais. Assim, foi possível confirmar a existência do processo de desindustrialização no Ipiranga.

A plotagem de todas as indústrias levantadas no Cadastro Industrial no Mapa 1 “Indústrias no Distrito do Ipiranga” foi a base da definição da área escolhida como recorte para a pesquisa (cf. Mapa 1, p. 52). Por ele, podemos observar a presença de indústrias em toda a extensão do distrito do Ipiranga em 1965. Naquela época, o distrito abrangia tanto o bairro operário e industrial do Ipiranga – atual distrito do Ipiranga – como o Sacomã – atual distrito do Sacomã. Mesmo assim, foi possível constatar a presença de indústrias no alto e baixo Ipiranga, bem como a de um maior número de unidades fabris nas ruas Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Bom Pastor e Silva Bueno. Fizemos, através da observação empírica, um levantamento do número atual de indústrias nos quatro logradouros (Ruas Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Bom Pastor e Silva Bueno). Com isso, tornou-se possível a nossa análise do processo de desindustrialização no Ipiranga e das suas consequências sócio-espaciais com o processo de verticalização do antigo bairro operário e industrial decorrente da especulação imobiliária que atualmente cria o urbano como um produto a ser vendido em pedaços, enquanto valor de troca.

Nas observações de campo realizadas no ano de 2009, observamos muitas construções verticalizadas nos terrenos que, em 1965, eram ocupados por unidades industriais. Desta forma, relacionamos o processo de verticalização do Ipiranga em 2009 com a saída das indústrias. Daí, constatamos a relação do processo de desindustrialização, com a especulação imobiliária e o surgimento de construções verticais em nosso recorte estabelecido.

O levantamento empírico realizado *in loco* nos permitiu elaborar outros dois mapas. O mapa 2 (p. 67) “Indústrias da área de estudo 1965” mostra o número de indústrias existentes em 1965 nas quatro ruas que delimitamos (Ruas Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Bom Pastor e Silva Bueno), e o mapa 3 (p. 68) “Indústrias remanescentes na área de estudo” mostra as unidades industriais lá restantes. Com isto, foi possível fazer uma comparação entre os anos de 1965 e 2009 quanto à ocupação industrial, e confirmar a existência do processo de desindustrialização no Ipiranga e as mudanças sócio-espaciais, pois estes quatro logradouros são bastante extensos e incluem tanto o baixo e o alto Ipiranga, chegando aos limites do antigo bairro operário e industrial do Sacomã.

A região do Vale do Tamanduateí, onde está inserido o Ipiranga, é fortemente marcada pela presença de galpões sem uso e deteriorados. Este processo vem ocorrendo desde o final da década de 1970 e início da década de 1980. Mas, ainda nesta época, não

era possível termos uma visualização significativa desse processo (cf. Laurentino, 2002). Desta forma, o processo de desindustrialização no Ipiranga só seria visto de maneira bastante clara na década de 1990, quando a presença de galpões sem uso e deteriorados tornou-se visível ao longo de todo o Ipiranga, principalmente na sua área de várzea.

Em relação à parte alta do Ipiranga e a área de várzea, são áreas que possuem diferenças tanto em relação à questão do seu sítio geomorfológico (Ab'Saber, 1957) como na sua caracterização sócio-espacial. Em relação ao sítio geomorfológico, segundo Ab'Saber (1957, p. 140-141), o Ipiranga está situado na área caracterizada como:

(...) baixas plataformas aluviais relativamente enxutas, que ladeiam de maneira descontínua, as principais baixadas da região de São Paulo. Os depósitos desses terraços são constituídos geralmente por aluviões sobrelevadas, de material arenoso ou argilo-arenoso, em que se incluem, quase invariavelmente, um ou mais horizontes de seixos de quartzo e quartzito, pequenos e médios, parte rolados, parte fragmentários. A distribuição de tais terraços, ao longo das calhas dos principais rios, possibilita sua correlação direta com o mosaico geral da hidrografia atual, salvo poucas exceções.

Quanto à sua caracterização sócio espacial, o Alto do Ipiranga possui uma área enxuta, ou seja, livre das enchentes, onde moram os estratos sociais com nível de renda maior. Nas áreas de várzeas, ocupadas nas épocas de cheias pelo rio Tamanduateí e pelos córregos existentes no Ipiranga, sobrevivem as pessoas com um nível de renda menor. Vivendo em situação difícil e atualmente correndo grandes riscos de sair do Ipiranga, pois viver com o baixo rendimento salarial está se tornando difícil mesmo nas áreas de enchentes que começam a ser ocupadas pelas construções verticalizadas.

Em nossa pesquisa trabalhamos com os conceitos de bairro, cidade, metrópole e desindustrialização. Em relação ao bairro destacamos as considerações teóricas de Martin (1984), Scarlato (1988), Ramos (2001), Laurentino (2002) e Seabra (2003). Já no conceito de cidade e metrópole foi importante o estudo de Seabra (2003) sobre o bairro do Limão, na zona norte de São Paulo, que coloca o processo de explosão-implosão da cidade de bairros através do processo de metropolização. Quanto à desindustrialização destacamos o estudo de Guglielmo (s/d) pelo fato deste trabalho sobre o processo de desindustrialização no subúrbio de Saint-Denis colaborar na elucidação deste conceito.

O nosso trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo 1 “O Processo de Industrialização e Urbanização Modernos”, destacamos como se deu o processo de industrialização no mundo a partir da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII. Essa origem histórica tão distante é importante devido à necessidade de uma melhor elucidação do processo de industrialização na escala mundial, tornando possível a sua relação com as escalas nacionais, regionais e locais. No capítulo 2, “A Diluição da Cidade e do Bairro no Processo de Metropolização”, vemos como a cidade de São Paulo foi perdendo a sua identidade e se transformando na grande metrópole “globalizada” do mundo atual. Processo, este, relacionado ao nosso problema de pesquisa. Afinal, a metropolização de São Paulo acaba por levar ao processo de implosão-explosão dos seus antigos bairros. No capítulo 3, “O Ipiranga, Um Lugar Imerso na Metrópole, em Processo de Desindustrialização”, destacamos os processos de industrialização e desindustrialização do bairro, marcando fortemente as transformações pelas quais o Ipiranga passou. Além disso, colocamos um histórico do antigo bairro operário e industrial com o objetivo de entendermos como era constituído espacialmente o Ipiranga nos séculos passados.

Em suma, esta pesquisa procura elucidar o processo de desindustrialização e as suas consequências sócio-espaciais na área de estudo, processo ligado à nova fase da metrópole de São Paulo, cada vez mais atrelada aos interesses do capitalismo financeiro e monopolista, no interior de um modo de produção perverso e desigual onde afloram as contradições que poderão ser no futuro um verdadeiro barril de pólvora, possibilitando a construção de um novo Ipiranga e de uma nova humanidade baseada em preceitos bem distintos dos atualmente valorizados, onde “ter” vale mais que “ser”.

1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

1.1 O Contexto Mundial: A Gênese do Processo Urbano e Industrial

Nesta parte apontaremos características gerais dos processos de industrialização e urbanização modernos. Destacaremos também a relação do papel do Estado com as atuais políticas neoliberais colocadas em prática no atual contexto do mundo globalizado.

Os processos de industrialização e urbanização modernos estão intimamente relacionados, ambos impulsionaram um ao outro. Na Europa Ocidental, foi a partir da Revolução Industrial do século XVIII que o processo de urbanização irá se intensificar com a formação das cidades industriais.

Estes processos vão se expandir mundialmente. Industrializar-se e urbanizar-se significa, à luz dos tempos atuais, riqueza e desenvolvimento, em que o modo de produção capitalista está ligado a vida urbana frenética dos interesses do capital; muito embora houvessem resistências.

Esse processo revolucionário resulta de amplas mudanças na sociedade e na economia, com o avanço tecnológico das máquinas utilizadas no processo produtivo (cf. Hobsbawn, 1982). Ao falar sobre o ludismo, movimento dos operários destruidores de máquinas, Hobsbawn (1982), trata do processo do avanço tecnológico das máquinas industriais e da resistência de alguns setores do operariado no período compreendido entre os séculos XVI ao XIX. Este processo de avanço tecnológico, conforme vai nos relatar o autor, não foi uma obra das leis do mercado como defendem os teóricos liberais. Pelo contrário, foi fundamental o papel do Estado como instituição que definiu o momento ideal para a revolução industrial se expandir pelo território da Inglaterra, conforme destacou Hobsbawn (1982, p. 25):

Se o empresário inovador tinha o grosso da opinião pública contra ele, como conseguiu ele se impor? Por meio do Estado. Foi bem comentado o fato de que na Inglaterra a Revolução de 1640-1660 marca o momento decisivo na atitude do Estado em relação à maquinaria.

Para ele, o século XVIII foi o período onde se estabeleceu o moderno estado capitalista, estendido, mais tarde, para todo o mundo. Com isso os processos de

urbanização e industrialização modernos resultam da ação do Estado burguês no desenvolvimento do modo de produção capitalista; ação esta, que irá ter variações em cada parte do globo de acordo com o contexto histórico vivido.

Ainda em relação ao destaque de Hobsbawm (1982), não podemos deixar de mencionar que a ação de apoio do Estado inglês ao empresário inovador não foi irrestrito. Ao contrário, o sistema político inglês estabelecia limites de apoio à classe industrial que ainda não estava concretamente estabelecida na organização e luta pela industrialização, na Inglaterra. Ou seja, o apoio do estado inglês aos industriais inovadores ocorria apenas quando os lucros obtidos por este tipo de empresário favoreciam os outros círculos do capital como os comerciantes e financistas.

Voltando à questão da importância do desenvolvimento tecnológico no processo de produção industrial na Inglaterra e em outros países da Europa Ocidental podemos destacar como a ciência teve um papel muito importante na Revolução Industrial que iniciou na Inglaterra e expandiu para a França, Alemanha e Estados Unidos. Braverman (1981) fala sobre a revolução técnica científica e o papel da ciência nos avanços da produção industrial. Em sua visão, a ciência se converteu numa importante ferramenta auxiliar no desenvolvimento da tecnologia utilizada pelos capitalistas com o objetivo de fortalecer o modo de produção e ampliar os seus lucros através do aumento da produtividade nas unidades industriais.

Através dos estudos de Braverman (1981), podemos ressaltar que o próprio conhecimento das ciências físicas e químicas esteve ligado ao capital e contribuiu para a aceleração dos processos de industrialização e de urbanização na Inglaterra, inicialmente, e depois na França, Alemanha e Estados Unidos.

A Inglaterra, como vimos, foi o Estado pioneiro no processo de Revolução Industrial. Um dos elementos, segundo Braverman (1981), que permitiu a ocorrência da Revolução Industrial foi o lento e gradual desenvolvimento da técnica, levando à criação da máquina a vapor. Portanto, antes mesmo do século XVIII, a ciência já estava a serviço do capital, colaborando no desenvolvimento técnico-científico e tornando possível o surgimento da indústria moderna.

Na França, o processo de revolução técnico-científica se deu mais ligado à ciência enquanto na Inglaterra o conhecimento técnico teve maior ênfase. O fato de a Inglaterra ter sido a pioneira no processo de industrialização, segundo Braverman (1981), se deve ao uso da técnica diretamente sem a intermediação da reflexão científica, enquanto que na França, ao contrário, a revolução industrial demorou mais

para desenvolver-se, mas quando isto ocorreu, o mesmo autor, mostra o fato do processo de reflexão científica ter permitido o surgimento da indústria química neste país, o que não havia acontecido na Inglaterra.

Na Alemanha, o processo de industrialização demorou para acontecer devido ao lento processo de unificação das nações que formariam este país, mas mesmo antes da unificação em 1848, a Prússia já era um estado industrializado. Além disso, segundo Braverman (1981), o estado alemão teve dificuldades para conseguir matéria-prima para o desenvolvimento de sua indústria química. Este fato, segundo o mesmo autor, deveu-se à tardia corrida colonialista do estado alemão relacionada à perda de tempo devido ao seu demorado processo de unificação política. Assim, após a França ter dominado o setor da indústria química por 130 anos, foi a vez da Alemanha se apoderar deste setor industrial.

O motivo de ter a Alemanha alcançado o seu desenvolvimento industrial deve-se assim como na França, à reflexão científica com a aplicação da técnica na indústria. Podemos afirmar, então, que na Alemanha, antes do processo de industrialização, tivemos um momento de reflexão científica, diferente do ocorrido na Inglaterra.

No desenvolvimento da revolução industrial temos a formação dos grandes grupos econômicos industriais, sobretudo na Inglaterra, que vão transformar-se nos grandes trustes e cartéis. Esta etapa caracterizada como a fase monopolista do modo de produção capitalista (que marca inclusive os nossos dias) irá influir nos processos de industrialização e urbanização da modernidade já que o capital vai se concentrar em certas porções do território mundial.

Após o início da revolução industrial inglesa, os poderosos grupos econômicos passaram a controlar o mercado com a intensificação dos processos de fusão e centralização dos seus capitais. Muitas pequenas e médias empresas acabaram fechando as suas portas ou sendo aglutinadas às gigantes corporações capitalistas do mundo moderno. Assim, como destacamos acima, o modo de produção capitalista vai deixando a sua fase concorrencial para atingir a sua fase monopolista. Concomitante à revolução industrial inglesa, os processos de urbanização e industrialização vão se espalhando por outras partes do globo. Com isso, o mundo vai se tornando cada vez mais urbano e industrial.

Na periferia do modo de produção capitalista, o processo de industrialização e urbanização modernos ocorreu num contexto histórico mais recente. Em muitos países, o processo de industrialização torna-se importante somente no século XX. No caso do

Brasil já na segunda metade do século XIX, o processo de industrialização moderno possuía uma destacada importância principalmente em relação às indústrias de bens de consumo não-duráveis.

Destacando a questão do subdesenvolvimento, Bresser Pereira (1981), mostra como o processo de industrialização vai se consolidar na periferia do modo de produção capitalista, através da substituição de importações. Bresser Pereira (1981, p. 163) destaca o seguinte:

A grande depressão dos anos trinta e a guerra mundial que lhe sucedeu implicaram na crise do imperialismo e da divisão internacional do trabalho e possibilitaram aos países subdesenvolvidos, que já haviam conseguido acumular um razoável excedente através do modelo primário-exportador, iniciar um processo de industrialização através da substituição de importações.

Portanto, Bresser Pereira destaca o período entre guerras como uma etapa fundamental no processo de industrialização e de superação do modelo primário exportador, mesmo que a sua obra constata, após a industrialização brasileira, ter-se completado, à permanência de uma situação de subdesenvolvimento industrializado. Quanto à sua afirmação, no trecho anteriormente citado, devemos estabelecer uma ressalva quanto ao período da formação das indústrias já que elas existiam antes da época mencionada pelo autor. As indústrias de bens de consumo não-duráveis, no Brasil, e sobretudo em São Paulo, já estavam consolidadas, na década de 1920.

O processo de industrialização em São Paulo, se deu concomitantemente com o avanço do processo de urbanização e a consequente formação da metrópole. A possibilidade de expansão industrial numa metrópole de um país subdesenvolvido foi estimulada pela intervenção do Estado, principalmente a partir do Estado Novo (1937) quando Getúlio Vargas estabeleceu de forma sistemática uma política industrial para o Brasil.

Dentro do debate entre maior ou menor intervenção do Estado na economia, destacamos as idéias de Galbraith (1968) quando este autor defende que o Estado deve coordenar a economia do modo de produção capitalista através dos planejamentos econômicos e das políticas de incentivos fiscais em relação ao desenvolvimento industrial.

Em suas palavras (1968, p.9) o Estado deve estar “(...) na esteira do que é hoje chamado de Revolução Keynesiana, *encarregar-se* de regular a renda total disponível na economia para a compra de bens e serviços”. (meu grifo). Conforme Galbraith (1968) destaca, é o Estado que tem o poder de definir a política de consumo dentro dos

seus limites territoriais, importando ou exportando. Portanto, ele tem o controle da economia capitalista em suas mãos.

Desta forma, o Estado oferece suporte para o funcionamento do modo de produção capitalista e jamais devemos achar as leis de mercado como as únicas responsáveis pela situação econômica de um país ou nação. Aliás, nenhuma teoria científica séria pode afirmar que a economia capitalista funcione por algum impulso sobrenatural definido como “leis do mercado” sem a interferência estatal no conjunto da economia. Vejamos o relato de Galbraith (1968, p.11) colocando o Estado, como agente equilibrador das relações econômicas, que interfere nas políticas de inovações tecnológicas relacionadas ao processo de industrialização:

Quando o investimento em aperfeiçoamentos tecnológicos é muito elevado, um julgamento técnico errôneo ou um fracasso em persuadir os consumidores a comprar o produto pode ser extremamente dispendioso. O custo e o risco a ele associados podem ser grandemente reduzidos se o Estado paga por mais exaltados desenvolvimentos técnicos ou garante um mercado para o produto tecnicamente avançado. Justificativas apropriadas – a defesa do país, as necessidades do prestígio nacional, o apoio a indústrias indispensáveis, como a das viagens supersônicas – podem ser achadas facilmente. Dessa maneira, a tecnologia moderna define uma função de crescimento do Estado moderno.

Quanto à intervenção do Estado na economia tanto no Brasil como no mundo, ela, ocorre inclusive na definição de metas de consumo a serem atingidas em um país. Ou seja, que tipos de produtos um país deve importar, exportar e quais produtos os consumidores internos, de acordo com o seu estrato social, devem ter acesso. Galbraith (1968, p. 35) destaca, em relação à interferência do Estado no consumo de produtos industrializados o seguinte:

Os mercados também podem ser controlados. Esse controle consiste na redução ou na eliminação da independência de ação daqueles a quem a unidade de planejamento vende ou de quem dela compra. Estando o seu comportamento sujeito a controle, reduz-se a incerteza a seu respeito. Ao mesmo tempo, a forma exterior do mercado, inclusive os processos de compra e venda, permanecem fortemente intactos.

Desta forma, estas idéias de Galbraith (1968), colaboram no sentido de mostrar que os ideais liberais da década de 1920 no Brasil e neoliberais dos dias atuais não podem ser aplicados na sua totalidade, pois o funcionamento da economia capitalista depende de uma instituição definidora de limites principalmente para reduzir os efeitos das crises existentes ao longo da história do modo de produção capitalista.

Assim, a propósito dos debates calorosos entre liberais e conservadores, durante a primeira república no Brasil, Luz (1978) ao estudar o que denomina as lutas

pela industrialização no Brasil, assinala que serviam apenas de maquiagem da disputa política do período.

Atualmente, afirmamos que o atual processo denominado de “globalização” é a continuidade de um processo iniciado no século XV com a grande expansão ultramarina européia, aumentando os horizontes do globo através da colonização oficial do continente americano.

Os economistas marginalistas ligados à escola neoclássica afirmam que a “globalização” é um processo político e econômico recente. Em nossa opinião, ao contrário, as origens da “globalização”, remontam ao período das grandes navegações européias.

Com o processo de expansão territorial, a formação dos impérios coloniais somado à escravidão na África, a aproximação de várias localidades no mundo vencendo distâncias antes consideradas intransponíveis, já mostrava o domínio territorial que o modo de produção capitalista exigia para se tornar mundial. Enquanto modos de produção anteriores ao modo de produção capitalista tinham uma extensão territorial mais restrita, o capitalismo dentro do contexto de uma política expansionista inaugurada nos séculos XV e XVI vai se caracterizar como um modo de produção essencialmente mundial. Dentro desse contexto, o Estado imperialista torna-se uma espécie de grande chefe deste modo de produção. Um forte Estado como a Grã Bretanha, por exemplo, torna-se a liderança do imperialismo devido ditar as regras das políticas econômicas e sociais do mundo naquela época. Direta ou indiretamente a coroa britânica passa a ser o primeiro grande Estado do imperialismo marcadamente capitalista.

Somente, com o crescimento econômico dos Estados Unidos durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a Grã Bretanha deixará de ser um dos principais estados imperialistas para dar lugar a um novo super “Estado” com fortes influências econômicas, políticas e de ação militar direta e indireta que vai estabelecer as novas regras da política mundial.

Como vimos, o modo de produção capitalista se caracteriza pela centralização do poder político, onde as grandes potências ditam as normas a serem seguidas para a ocorrência do “equilíbrio” do modelo econômico imposto por estes Estados. A “globalização” se caracterizou desde o século XV e XVI, pela existência de um grande Estado centralizador caracterizado pela pretensão de ser “global” através do domínio territorial de um Estado sobre o outro.

Mas antes de falarmos mais sobre a questão do termo “globalização” é mister destacarmos o contexto em que a política neoliberal vai caracterizar de forma incisiva, o auge do processo dito “global” de acumulação do capital.

A respeito do neoliberalismo esta política tem origem após a segunda grande guerra mundial. Segundo Mészáros (2002, p. 190), a consideração do modo de produção capitalista como historicamente contingente,

(...) se torna mais importante diante do fato de que os apologistas do sistema do capital, (...), projetam as relações capitalistas de troca até a fase mais antiga da humanidade, para poderem eternizar o modo específico de reprodução expandida do atual sistema socioeconômico baseado na regra do capital, e na respectiva “ordem econômica ampliada”.

Estes teóricos, reforçando o que já foi colocado na visão crítica de Mészáros (2002), estabeleceram a teorização de uma política onde predominam as regras ditadas pela “mão invisível” do mercado. Na visão dos teóricos defensores do neoliberalismo, a intervenção do estado deve ser mínima no jogo econômico. O chamado “estado mínimo”, para estes teóricos, deveria se limitar a ajustes durante os períodos de recessão econômica. Assim, de acordo com este legado da nova política do modo de produção capitalista, devia-se romper com a política extremamente intervencionista do Estado no desenvolvimento econômico dos países. Ou seja, romper com as idéias keynesianas, defensoras da intervenção constante do estado na economia de um país e deixar ao poder estatal apenas o estabelecimento de algumas regras para o livre jogo econômico do mercado mundial.

No seu sentido clássico, o liberalismo de estado mínimo é uma utopia que não foi ainda colocada integralmente em prática. Apenas nos países da periferia do modo de produção capitalista temos tentativas de introdução dessas políticas, mas de acordo com os interesses econômicos dos países centrais. No entanto, em relação à defesa do livre mercado, no legado teórico do liberalismo econômico, o livre comércio, o rompimento de barreiras alfandegárias, a lei do livre mercado, o fim dos monopólios e oligopólios deveriam ser aplicados em todo o mundo e não somente em alguns estados. Desta forma, o liberalismo é uma utopia, pois sua prática nos países da periferia do modo de produção capitalista contradiz os seus preceitos clássicos. Portanto, podemos afirmar a existência de um liberalismo bastante vulgarizado nos tempos atuais.

Quanto à adoção de práticas de política neoliberal, haverá muitas variáveis com grande complexidade para a presente análise. Nos países centrais, a ação do estado na

economia será maior e o neoliberalismo será adotado apenas no discurso político dos seus defensores, enquanto nos países ditos “emergentes” o receituário neoliberal do Consenso de Washington¹ será adotado na sua forma integral. Desta forma, o fosso econômico existente entre o núcleo irradiador da política econômica mundial e a periferia do modo de produção capitalista irá aumentar.

A nosso ver o discurso neoliberal é contraditório e pode ser comprovado pelas constantes crises por que passou o modo de produção capitalista. Quando acontecem essas crises o mais ardente defensor da “mão invisível do mercado” acaba solicitando a intervenção do estado para a recuperação da economia, sobretudo, os setores industrial e financeiro. Desta forma, na última grave crise econômica, a de 2008, por exemplo, o governo dos Estados Unidos foram a grande “mão salvadora” da General Motors à beira da falência.

Dentro deste contexto de neoliberalismo, surge o conceito de “globalização”. Conceito que os atuais defensores do modo de produção capitalista qualificam como algo recente (cuja origem nos remete ao período do pós-guerra) concretizado nos anos de 1990. Como já vimos, a chamada “globalização” não é um processo recente.

Em relação aos processos de industrialização e urbanização há uma diferenciação conceitual entre si, mas, também observamos a interligação e a dependência existente entre ambos. Antes do processo de industrialização, existiam as cidades que durante o regime feudal da Idade Média tinham sua vida intimamente ligada à produção do campo; com a Revolução Industrial na Inglaterra, o processo de urbanização avança e as cidades vão adquirindo vida própria. A partir daí, o urbano passa a comandar a economia inglesa e o ritmo do urbano passa a ditar as normas.

¹ Jonh Williamson, em 1990, preparou um documento que sintetiza as idéias do Consenso de Washigton em relação às propostas para os problemas da dívida e a retomada do crescimento na América Latina. Sinteticamente, os dez pontos ressaltados pelo autor são: 1. Déficits orçamentários; 2. Gastos públicos; 3). Reforma tributária; 4). Liberalização financeira; 5). Taxas de câmbio unificadas; 6). Restrições comerciais quantitativas e sua substituição por tarifas que seriam progressivamente reduzidas; 7). Abolição de barreiras ao investimento estrangeiro direto; 8). Privatização de empresas, antes pertencentes ao Estado; 9). Abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a competição; 10). Provisão de direitos garantidos de propriedade, especialmente para o setor informal. Fonte: Silva, Tatiana Amorim (2010).

1.2 Brasil: gênese da industrialização e urbanização.

No Brasil, o processo de industrialização remonta ao século XIX. Anteriormente, a indústria existente no Brasil, estava ligada à melhoria da infraestrutura de portos e também aos produtos necessários à produção agrária e à vestimenta de escravos e colonos que trabalhavam na produção agrícola e vai se desenvolver nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. (cf. Luz, 1978).

Apenas no fim do século XIX surge um processo mais regular de industrialização. Em São Paulo, a acumulação do capital da cafeicultura somado à acumulação do capital das casas importadoras acabaram criando possibilidades para o desenvolvimento do processo de industrialização nesse estado. Inicialmente essa produção, conforme Martins (1981, p. 106), vai ser distribuída por todo o estado.

Nas suas palavras (1981, p.106):

(...) a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do “Encilhamento” é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias. Nasceram, portanto, para substituir a pequena produção intersticial e não para substituir importações.

Como podemos perceber, Martins (1981), nos reforça a idéia de que o processo de industrialização não se concentrava na capital inicialmente. Só mais tarde após a política do “Encilhamento”, ocorrido no início da República Velha, as indústrias passam a se concentrar espacialmente na cidade de São Paulo, assim, como também destaca Luz (1978), quando menciona a relação dos incentivos fiscais com o processo de industrialização em São Paulo.

O debate sobre a gênese do processo de industrialização no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo, ensejou pesquisas e interpretações diversas e que contribuíram cada qual a seu tempo com essa questão polêmica sobre a qual não há unanimidade. Destacamos três autores com visões diferentes em relação a este fato gerando inúmeros debates acadêmicos mesmo atualmente.

A primeira corrente em destaque do pensamento econômico e sociológico defende que a origem do capital industrial vem diretamente do capital cafeeiro. Ou seja, o capital industrial é uma inversão econômica direta do capital cafeeiro. Dentro dessa corrente destacamos Cano (1998) dentro dos debates do pensamento econômico da denominada Escola de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Na visão de Cano (1998, p. 98) fica clara a sua posição quanto à origem não só do capital industrial, mas também daquilo denominado pelo autor de capital comercial e bancário:

(...) quero enfatizar que efetivamente foi a reprodução do capital cafeeiro a essência do processo de acumulação da economia brasileira até 1930, isto é, ele foi dominante durante o transcorrer desse processo. Acredito ainda que a forma pela qual a intermediação financeira se apropriou de grande parte do capital cafeeiro, mascarou a sua origem, não se dando conta de que os capitais industrial, financeiro e comercial são eles próprios, fundamentalmente, faces do capital cafeeiro.

Para Cano (1998), nas fases de grande avanço do plantio de café, teremos a inversão direta ou indireta dos lucros desta produção para o setor industrial da economia. Além disso, esses lucros se dão a partir de uma grande onda de expansão do plantio. Em média, segundo Cano (1998), o período para a geração de lucros após o plantio, é de cinco anos. Nesse ínterim, podemos ter a transferência direta ou indireta da atividade nuclear para a indústria, ou seja, o capital industrial é totalmente originário da economia cafeeicultora.

A segunda corrente de pensamento defende a gênese do capital industrial como uma inversão indireta de capitais da cafeeicultura. Pelo contrário, dentro dessa visão da origem do capital industrial, o capital das casas importadoras foi o fator decisivo para o processo de industrialização na cidade e no Estado de São Paulo. Dentro dessa corrente, destacamos Dean (1971) que nos coloca o importante papel das casas importadoras no processo de industrialização e o fato da grande maioria das unidades fabris de São Paulo estar principalmente nas mãos dos imigrantes e não dos cafeeicultores. Com relação ao fato do capital, das casas importadoras, ser a origem do capital industrial através de uma inversão indireta do capital cafeeiro, via casas importadoras para as indústrias, destacamos a seguinte passagem de Dean (1971, p. 26):

Posto que os produtos importados viessem substituir produtos que não poderiam ser fornecidos localmente nos primeiros dias do comércio do café, os negócios de importação não constituíam obstáculo ao desenvolvimento da indústria. Pelo contrário, foram claramente a origem de um setor industrial que cresceu a par das empresas agroindustriais dos fazendeiros.

Além disso, Dean (1971) nos mostra que os próprios importadores numa fase de maior desenvolvimento fabril participavam diretamente da produção industrial. Para Dean (1971) muitas agências de vendas pertencentes aos importadores se converteram

em unidades industriais, quando tornaram-se necessárias as importações de máquinas complexas devido ao aumento de produtos industrializados considerados supérfluos.

Uma outra corrente na qual se filia Martins (1981), discorda das duas anteriores por não existir inversão direta de capital da cafeicultura para a indústria como nos parece afirmar Cano (1998) e não ser o acúmulo de capital das casas importadoras a origem do processo de industrialização, na cidade de São Paulo, como destaca Dean (1971). Na visão de Martins (1981, p. 106), a gênese do capital industrial “(...) não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio do café. Mas sim nos interstícios dessas relações, à margem e contra o circuito de trocas estabelecido pelos importadores”.

Desta forma, não vemos a gênese da industrialização no estado e na cidade de São Paulo como algo tão simples como afirmam Cano (1998) e Dean (1971), pelo contrário as relações existentes na época da inversão do capital do café para a produção industrial, eram bastante complexas.

Desta forma, podemos afirmar a gênese do capital das indústrias como algo resultante da inversão indireta do capital cafeeiro, através do importante papel das casas importadoras e que não somente os imigrantes, mas também os fazendeiros se tornaram industriais assim como alguns proprietários de casas importadoras e de estabelecimentos comerciais. Neste sentido, classificar o capital em cafeeiro, industrial, comercial e financeiro constitui-se num erro metodológico, pois o capital pode perfeitamente se transfigurar em várias dessas faces de acordo com seus interesses e seu contexto histórico.

Segundo Luz (1978) foi com a política fiscal do Encilhamento que o processo de industrialização passou a se concentrar na cidade de São Paulo. Luz (1978) já menciona na década de 1920 uma preocupação em relação à qualidade dos produtos industrializados e se os mesmos seriam consumidos pelos grandes proprietários das fazendas de café. Por isso, o Estado brasileiro sempre procurava, através da política de incentivos fiscais de câmbio facilitar o acesso de maquinário modernos às indústrias.

No Brasil, o processo de industrialização foi resultante das políticas fiscais de proteção à produção industrial e agrícola, existentes desde as tarifas de incentivo à produção industrial do Segundo Império até os anos de 1920, conforme nos assinala Luz (1978). Entre estas políticas, conforme já mencionamos, destaca-se o Encilhamento. Sobretudo nos anos de 1920, eram calorosos os debates sobre uma maior ou menor intervenção do Estado na política industrial brasileira.

Segundo Luz (1978) o espectro ideológico em relação ao maior ou menor incentivo do estado à indústria está presente entre a corrente de pensamento econômico ligada ao liberalismo e ao conservadorismo durante o período da primeira república. Os liberais defendiam, segundo Luz (1978), uma menor intervenção do estado na economia e combatiam a existência das chamadas “indústrias artificiais”. Enquanto, segundo a mesma autora (1978), os conservadores defendiam uma política de maior apoio do estado na economia de uma forma geral. Não podemos, segundo Luz (1978), deixar de mencionar que as diferenças entre liberais e conservadores se resumiam ao plano do debate político e suas posições políticas mudavam ao sabor das mudanças da conjuntura econômica mundial daquela época. Em outras palavras, podemos ver neste período as diferenças entre os pensamentos liberais e conservadores apenas na construção teórica, pois na prática não havia no Brasil de 1920, uma posição ideológica clara entre as correntes políticas existentes. Na realidade as mudanças de pensamento dos políticos ocorriam de acordo com os seus interesses particulares e não dentro de um *constructo* teórico elaborado objetivando os interesses coletivos de um país.

A partir da década de 1930, devido às mudanças da política com o golpe de Getúlio Vargas, altera-se a política migratória na cidade de São Paulo. Acaba a imigração vinda da Europa e inicia-se a migração do norte de Minas Gerais e da região Nordeste do Brasil.

Com relação ao governo de Getúlio Vargas, podemos destacar dois períodos distintos. O primeiro inicia-se em 1930, logo após a Revolução, e vai até o ano de 1937. Esta fase, podemos definir como o período mais liberal do governo Vargas. Ainda, neste período, houve tentativas políticas de recuperação da economia cafeeira, além da Revolução Constitucionalista de 1932 acabar obrigando o governo a convocar uma Assembléia Constituinte para ter “uma certa” legalidade governamental. Além disso, o ano de 1937, foi previsto como o período em que Vargas deveria abrir espaço para o processo de redemocratização no país. Mas este processo acaba não acontecendo.

Em 1937, Vargas fecha o Congresso Constituinte outorgando uma nova constituição ao Brasil. Com isso, em 1937, temos a instauração do regime do Estado Novo. Apesar de ser estabelecido um regime de exceção no Brasil, não podemos deixar de mencionar os grandes avanços dados através das políticas industriais desenvolvidas no país neste período. É no governo Vargas, com a instalação do governo do Estado Novo (1937) que uma política industrial planejada pelo Estado ganhará contornos definitivos. Anteriormente ao governo Vargas e mesmo no seu período de governo

anterior a 1937 (de cunho mais liberal do ponto de vista do espectro ideológico), o estado não havia assumido uma postura mais intervencionista em relação à indústria. O crescimento das unidades fabris se dava sem o menor estímulo, incentivo ou suporte do estado que antes concentrava seus esforços na política de apoio aos produtores de café.

Nas décadas de 1940/1950, são as rodovias os elementos de atração locacional das indústrias, conforme destacamos acima. Além disso, a prioridade na produção industrial passa a ser o setor de indústrias de bens de consumo duráveis, conforme os objetivos do plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Na década de 1950 temos o processo de industrialização no Brasil já consolidado mais especificamente na cidade de São Paulo. No fim da década de 1950 e início da década de 1960, Juscelino Kubitschek (1956-1960) assume o governo e instaura a política do Plano de Metas que irá alavancar a indústria automobilística no Brasil. Para isso, o então governo, irá abrir a economia brasileira para o capital industrial externo. Assim, temos a introdução das indústrias automobilísticas como a Volkswagen, a General Motors e a Ford. O que leva essas indústrias a se instalarem no Brasil? Doações de terrenos e incentivos fiscais estabelecidos pelo governo federal. Dentro deste contexto da indústria automobilística, destacamos também um conjunto de outras indústrias ligadas à produção de um novo setor industrial dominante. Assim, uma rede de indústrias de autopeças e de produção de matérias-primas básicas para o desenvolvimento do setor automotivo, irão receber também os incentivos governamentais formando o parque industrial da metrópole paulistana. Ainda em relação à década de 1950, Ramos (2001, p. 51) afirma:

Uma alteração importante refere-se ao eixo de industrialização. Assim, a partir do final da década de 1950, ele foi sendo gradativamente transferido para as margens das autoestradas: notadamente da Via Anchieta e da Via Dutra, construídas no final da década de 1940.

No entanto, em relação ao transporte continua sendo importante na década de 1950 o papel da ferrovia como fator locacional das indústrias, fato que irá mudar na década de 1960. A partir deste momento, os eixos rodoviários passam a ser os fatores locais mais favoráveis à implantação das unidades industriais ao longo dos seus eixos.

Após o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), teremos o governo de Jânio Quadros com uma breve duração devido à sua renúncia da Presidência da República, assumindo em seu lugar o seu vice – João Goulart. Este presidente manterá o

processo de industrialização iniciado no Plano de Metas do governo JK, através do Plano Trienal de Desenvolvimento, mais abrangente em relação ao anterior, pois englobava vários setores da política econômica e pública. Aliás, o fato de ser um governo que abria espaços para as classes subalternas, contribuiu para a ocorrência do golpe militar em 1964.

Esse golpe acabou gerando uma sequência de governos militares que governaram sob um estado ditatorial altamente repressivo. Quanto à questão industrial, o Brasil já havia aberto sua economia ao mundo desde o governo JK e acabou intensificando essa abertura econômica, mas não de uma forma indiscriminada como ocorreria em períodos históricos posteriores.

Também foi nos governos militares que tivemos os Planos Nacionais de Desenvolvimento – os chamados PNDs – estabelecendo uma série de incentivos à industrialização com a aplicação de capitais estrangeiros. O auge da execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento deu-se nos governos do General Emílio Garrastazu Médici (1970-1974) e do governo General Ernesto Geisel (1974-1979).

Esses planos tinham entre os seus objetivos estender o processo de industrialização a todo território nacional. Com isso, estabeleceram-se políticas de incentivos fiscais, doação de terrenos, construção de rodovias e de infraestrutura necessárias para as indústrias buscarem outras áreas destinadas à modernização do modo de produção capitalista, intensificando ainda mais a vinda de indústrias transnacionais para o Brasil, antes mais concentradas no setor automobilístico, nos parâmetros do Plano de Metas (1956-1960). Obras ligadas aos interesses da agroindústria como a Transamazônica foram alavancadas em nome de um desenvolvimento a qualquer custo, fato que, a nosso ver, acabou custando caro às finanças do governo e também acabou levando ao aprofundamento da crise econômica cujo auge se daria nos anos de 1973 e 1979 – os chamados “choques do petróleo”.

No final das décadas de 1960 e ao longo da década de 1970 tivemos o desenvolvimento do plano de pequenas e médias indústrias. Segundo Cano (1998), o plano de pequenas e médias indústrias, estava levando as empresas industriais para o interior do país, processo denominado pelo autor de “interiorização da indústria” ou, nos seus termos, a descentralização industrial. Conceito inadequado na visão de Lencioni (1991), pois na sua visão, se realmente houvesse um processo de “interiorização da indústria” ou descentralização industrial, o chamado “chão de fábrica” teria que sair juntamente com a sede administrativa da indústria. Para ela, este

processo não ocorre, pois não há uma saída da empresa como um todo da cidade de São Paulo, mas sim somente da unidade de produção, portanto, não teria um processo de “interiorização da indústria” ou de descentralização industrial e sim um processo de “desconcentração industrial”. Em relação à região metropolitana da Grande São Paulo, Andrade (1979) destaca já nos anos sessenta a mudança de localização de unidades fabris do município de São Paulo para os municípios vizinhos da metrópole.

O processo de desconcentração industrial acontece com a ida de muitas unidades industriais para o interior do estado de São Paulo, num raio de 150 km da região metropolitana de São Paulo e em áreas mais distantes do estado cortadas por rodovias e depois para outras unidades da federação. (cf. Lencioni, 1991).

Assim, temos a origem do processo de saída de muitas indústrias localizadas nos antigos bairros industriais e operários da cidade de São Paulo e que está na base da explicação do processo de desindustrialização do bairro do Ipiranga sobre o qual trataremos mais adiante. Esses bairros, em boa parte de seus pontos inicialmente, passam a sofrer o processo de desindustrialização. Processo este que se dá pontualmente na escala do bairro e vai desarticulando a antiga vida atrelada ao ritmo da fábrica.

Com relação ao processo de desindustrialização em São Paulo, conforme já destacamos anteriormente, este, vai se dar na escala do bairro e relacionado a ele, teríamos a desarticulação da vida de bairro dentro do processo de formação da metrópole de São Paulo; onde esta vida de bairro deixa de ser um fator dominante e vai se transformar num resíduo existente nos interstícios dos antigos bairros da cidade (cf. Seabra, 1993).

Guglielmo (s/d) ressalta a importância da escala geográfica na definição do processo de desindustrialização. Em São Paulo, a sua existência ocorre atualmente nos antigos bairros operários e industriais situados próximos à linha férrea como a Lapa, Água Branca, Barra Funda, Brás, Móoca e Ipiranga.

Na década de 1980, temos o processo de “redemocratização” do Brasil iniciada no governo José Sarney. Antes do governo Sarney o regime da Ditadura Militar entrara em colapso devido à forte crise econômica, principalmente nos anos de 1983 e 1984 e também ao recrudescimento da luta pelas “Diretas Já” (cf. Carlos, 1986). Devido à combinação destes fatores em 1985, o regime militar sofria a sua derrocada final nas eleições indiretas.

Durante o governo Sarney, em relação à questão econômica, o Brasil viveu um período de hiperinflação onde vários planos econômicos foram tentados e malogrados.

No processo de industrialização, o processo de desconcentração industrial continuava se aprofundando, mas não de forma ainda tão visível como se daria na década posterior. Apesar de ter tido alguns ensaios de políticas de privatização de certos setores estatais e de alguma abertura econômica, não podemos afirmar que o neoliberalismo se estabeleceu no Brasil durante este período.

Na década de 1990, o processo de desindustrialização em alguns pontos do município de São Paulo adquire contornos definitivos, galpões fechados e deteriorados, antigos terrenos industriais com construções semidemolidas e com mato crescendo passam a caracterizar a paisagem de certos setores de antigos bairros industriais.

A cidade do automóvel cresce. A urbanização pelo mundo inteiro leva à formação de grandes metrópoles e algumas megalópoles como no caso do cinturão que liga as áreas metropolitanas de Washington, Nova York, Boston e Philadelphia, nos Estados Unidos. A metropolização tem relação com a mudança da lógica espacial da concentração das unidades produtivas das indústrias. Assim, uma nova urbanização passa a ter uma nova configuração no mundo. (cf. Harvey, 1989).

A mudança da lógica espacial destacada acima tem relação com a passagem do período fordista da acumulação capitalista para o período mais flexível do processo de acumulação do capital. Durante o período fordista, as indústrias se localizavam tanto nas proximidades das vias férreas como nas beiras das rodovias. A produção era ligada à linha de montagem criada e desenvolvida por Henri Ford. O fordismo está ligado ao período da política keynesiana na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Havia forte intervenção do Estado e políticas de bem estar social; estas últimas que marcaram fortemente o período de recuperação do pós-guerra nos países da Europa Ocidental.

A acumulação flexível rompia com a rigidez produtiva do trabalho na indústria. Com o avanço tecnológico, as unidades produtivas ganham uma nova lógica espacial, em sua planta, onde o trabalho se torna cada vez mais automatizado e independente de um grande contingente de mão de obra. O confronto da rigidez do fordismo com a flexibilidade das novas formas de produção foi destacado da seguinte maneira por Harvey (1989, p. 140):

A acumulação flexível, (...), é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do

desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

A acumulação flexível se relaciona com uma nova forma de acumulação do capital. Em relação a este fato o mesmo Harvey (1989, p.184) afirma que: “(...) parece de fato importante acentuar o grau até o qual a acumulação flexível tem de ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação capitalista”.

Quanto à urbanização, esta se articula com o processo de industrialização. Soja (1993) diz que em termos regionais a urbanização altera o debate acadêmico sobre a questão regional. Isto se explica pelas mudanças significativas ocorridas nos padrões de desenvolvimento regional desigual, estabelecidas tão solidamente nos países capitalistas tardios durante o século precedente. Este fato foi alterando a velha divisão entre Primeiro, Segundo e Terceiro mundos. Desta forma, Soja (1993) mostra uma nova lógica espacial em relação ao processo de produção industrial.

Nos Estados Unidos as mudanças mencionadas acima, colocam uma nova oposição regional na geografia industrial. Pierre George, já nos anos sessenta apresenta as contradições entre as velhas regiões industriais e as novas. George (1971, 2005, p. 13) coloca com mais detalhes:

No plano nacional, e mais ainda no plano regional, aparece nos países industrializados uma nova oposição entre as velhas indústrias – e as regiões das velhas indústrias-, que se encontram numa situação de crise, reclamam conversões para evitarem a decadência, e as indústrias avançadas – e os centros e regiões recentemente orientadas para as indústrias pioneiras – que atraem os investimentos, a mão de obra e todo o movimento de negócios.

Ainda acrescenta o mesmo autor (1971, 2005, p. 13) que:

Outro fato novo: o crescimento da produtividade, sobretudo nas novas indústrias, a proliferação de atividades induzidas, têm por consequência paradoxal reduzir a proporção das pessoas diretamente empregadas na indústria, em função mesmo do crescimento e da diversificação da economia industrial. Os países mais industrializados são aqueles que o ‘setor terciário’ de atividade é mais desenvolvido.

Em tempos mais recentes observamos que tanto espacialmente como socialmente as novas indústrias aumentaram as contradições existentes no mundo. O urbano, como local da possibilidade das transformações, é onde temos o maior retrato destas contradições cada vez mais explosivas. Desta forma, à medida que o modo de

produção capitalista recria as contradições, crescem as possibilidades de mudança da lógica espacial.

Em suma, os processos de industrialização e urbanização modernos vão aumentando as tensões e as possibilidades de uma nova espacialidade futura que irá se construir a partir das tensões observadas entre as classes sociais fundamentalmente nas áreas cada vez mais urbanizadas do mundo.

1.3 O Processo de Industrialização em São Paulo

O processo de industrialização na cidade de São Paulo se torna nítido a partir do fim do século XIX. Segundo Ramos (2001), é nas áreas de várzeas e nas proximidades das ferrovias que as indústrias vão se localizar neste contexto do processo de industrialização. Bairros como o Brás, a Lapa, Água Branca, Móoca, Ipiranga e Vila Prudente, vão se constituir em bairros industriais e operários dentro da cidade. Um novo ritmo de vida é dado a essas antigas áreas rurais localizadas agora na cidade de São Paulo.

Os motivos que levam à uma grande concentração industrial nas proximidades das linhas férreas da cidade de São Paulo, estão ligados ao fato da ferrovia ser um importante meio de escoamento da matéria-prima e de seus produtos, somado aos baixos preços das áreas de várzea da cidade de São Paulo na época do início do seu processo de industrialização. (Cf. Langenbuch, 1968).

Ramos (2001, p. 32) coloca que no início da década de 1880 temos o período onde “(...) a urbanização assume uma nova configuração, um novo ritmo de crescimento e transforma-se qualitativamente, na medida em que passa a sofrer a influência marcante do processo de industrialização.” Desde esse período podemos ver São Paulo passando por uma intensificação do processo de urbanização devido ao processo de industrialização que começava a dar seus primeiros passos importantes na capital paulista.

Os operários das fábricas na São Paulo do fim do século XIX e início do século XX foram morar em bairros localizados nas proximidades das indústrias. Isso facilitava o deslocamento desses trabalhadores, que iam à pé, de bicicleta e na maioria das vezes utilizavam os bondes para irem ao trabalho. No bairro do Ipiranga, por exemplo, muitos operários vinham do Cambuci a pé para exercer o seu ofício nas unidades industriais. (cf. Baro & Bacelli, 1979).

Quanto à moradia dos operários, Ramos (2001, p. 40) nos destaca que:

Formaram-se, (...), inúmeros cortiços e vilas que eram os tipos mais comuns de moradias de operários. Desta forma, surgiram inúmeros bairros industriais e operários ao longo dos eixos ferroviários, alguns formados inicialmente de maneira contínua com relação ao centro da cidade e outros de maneira isolada, só mais tarde incorporando-se fisicamente à área compacta e contínua da cidade.

Com o desenrolar do século XX e a expansão das indústrias ao longo das linhas férreas, os bairros industriais se solidificam enquanto tais. No caso do bairro do Ipiranga, desde 1906, temos o crescimento no número de indústrias e a presença de grandes unidades industriais como as unidades fabris da Cia. Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga, da família Jafet, a Linhas Correntes e a Sílex.

No período da primeira república e, sobretudo, na década de 1920, políticas de incentivos fiscais e o acúmulo do capital cafeeiro através das casas importadoras e os bancos de exportação intensificam o processo de industrialização, conforme já vimos no item 1.2.

No contexto espacial dos bairros industriais e operários torna-se claro a questão da desindustrialização na escala pontual ao contrário do processo de desconcentração industrial que ocorre nas escalas nacional, regional e metropolitana, conforme já havíamos destacado, através da interpretação de Guglielmo (s/d).

Desta forma, não podemos confundir os processos de desconcentração industrial e de desindustrialização, como muito comumente acontece nos estudos sobre desindustrialização. Segundo Guglielmo (s/d.) muitos estudos de escala regional colocam o processo de desindustrialização nesta escala de análise. Na realidade, o que acontece é apenas a saída das unidades industriais. A sede administrativa dessas unidades permanecem na região metropolitana, no caso do estudo de Guglielmo (s/d) na região metropolitana de Paris. O processo de desindustrialização se dá em alguns pontos de Saint-Denis onde realmente temos caracterizado na paisagem destes pontos um ar de abandono devido à saída das indústrias locais.

O processo de industrialização na cidade de São Paulo, começa a perder seu fôlego na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980. Nesta época, o capital estrangeiro já estava consolidado na economia do país. Mas nos anos de 1950, 1960, 1970, 1980 esse capital externo entra no contexto de nacionalização da produção industrial. Ou seja, o processo de industrialização se dava dentro do território brasileiro.

Na década de 1990 entre o produto estrangeiro, mas a produção industrial no Brasil recua. Assim, podemos afirmar a existência de uma abertura comercial que provoca fechamento de indústrias, levando na escala pontual, ao processo de desindustrialização.

No Brasil, a política do neoliberalismo iniciou-se no governo Fernando Collor de Mello, mas ainda nesta época, esta política acabou não tendo força suficiente principalmente devido ao enfraquecimento político do então governo provocado pelos escândalos de corrupção que acabaram levando o então presidente a renunciar ao cargo, ao longo do processo de *impeachment* sofrido.

Em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, esta política ganha fôlego e se instala de fato no Brasil. Assim os processos de abertura comercial indiscriminada, privatização dos setores estatais combinado com o recuo da produção industrial brasileira acabam caracterizando a política neoliberal neste país. Com isso, temos um forte processo de retração na atividade produtiva industrial. A abertura indiscriminada agrava-se no seu segundo mandato com a ocorrência de uma grave crise econômica no fim deste governo. Somente nos dois governos de Luís Ignácio Lula da Silva é que se dará uma lenta e gradual recuperação da economia brasileira, mas os processos de desconcentração industrial e desindustrialização se mostraram irreversíveis.

Em relação ao processo de desindustrialização, iremos nos aprofundar mais no Capítulo 3 – O Ipiranga, um Lugar Imerso na Metrópole em Processo de Desindustrialização – no qual discutiremos com maiores detalhes, destacando o recorte de uma área compreendida no interior do antigo bairro operário e industrial do Ipiranga.

Além do Ipiranga, outros bairros já foram recortes espaciais de estudo sobre o processo de desindustrialização. Laurentino (2002) fez um estudo sobre o processo de desindustrialização no vale do rio Tamanduateí. Sua pesquisa inicialmente visava estudar todo o vale, mas após o desenvolvimento de seu estudo acabou delimitando-o à área compreendida pela Avenida Presidente Wilson, que em parte se localiza também no Ipiranga.

Outro estudo importante sobre o processo de desindustrialização foi elaborado por Ramos (2001) que destaca o processo de desindustrialização na Água Branca, antigo bairro operário e industrial localizado na zona oeste de São Paulo. Neste trabalho, Ramos (2001) nos mostra como se deram as transformações na Água Branca a partir da saída das unidades fabris desta localidade. Processos como a presença de

galpões fechados em sua área de estudo e a verticalização também acabaram surgindo ao longo da sua pesquisa.

Em suma, nossa pesquisa se concentrará, principalmente no capítulo 3 acima destacado, no estudo do processo de desindustrialização e as consequências sócio-espaciais que este processo levou à nossa área de estudo. Processos como o da especulação imobiliária ligados ao aparecimento de galpões e terrenos fechados pela indústria aguardando valorização e a verticalização no Ipiranga, fato intensificado atualmente no antigo bairro industrial e operário.

2 . A CIDADE E O BAIRRO NO CONTEXTO DA METRÓPOLE

São Paulo, fundada em 1554, numa colina que se localizava entre os vales dos rios Anhangabaú e Tamanduateí permaneceu como uma pequena vila durante o século XVI. Desde esta época até o século XIX, a cidade crescia lentamente e delimitava-se à área compreendida pelo que hoje é o seu “Centro Histórico”, compreendendo um triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro. Neste período predominavam os tempos lentos.

Com a economia cafeeira do século XIX e a acumulação do capital decorrente desta atividade, São Paulo passou a ser o centro dos serviços ligados à economia do café. Desta forma a cidade de São Paulo se tornou a sede dos bancos, do comércio e da vida urbana atrelada ao ritmo ditado pelas fazendas de café. A economia do país, como um todo, passou a centrar-se em torno desta produção que mais adiante vai ser o principal pilar de sustentação do processo de industrialização.

A partir deste processo, iniciado nas últimas décadas do século XIX na cidade de São Paulo, acelerou-se seu ritmo de crescimento, formando, assim, a metrópole paulistana. Nesta época, segundo Petrone (1953, p. 29):

No referente à caracterização de paisagens funcionais, pode-se afirmar que data desse período a preferência das áreas industriais por determinadas partes da cidade, particularmente pelas zonas próximas às ferrovias; o Brás e o Bom Retiro apareciam com maior número de indústrias, embora importante também fossem a Água Branca e o Ipiranga.

Bairro é uma definição subjetiva que envolve relações de vizinhança, parentesco e compadrio (cf. Laurentino, 2002). Os bairros, em São Paulo, surgem com a cidade como partes integrantes da mesma. A cidade de bairros surge com o avanço dos processos de urbanização e industrialização e a formação dos loteamentos. (Cf. Seabra, 2004). Desta forma, podemos afirmar, conforme esta autora, a existência da cidade com sua coroa de bairros característica de São Paulo até os anos de 1950. Bairro só existe através da cidade, pois é na cidade onde temos a possibilidade da heterogeneidade dos tempos lentos e velozes convivendo numa relação dialética de afirmação e negação ao mesmo tempo.

É na cidade onde temos o choque dos contrários: a conservação do antigo e a alternativa de mudanças. Porém, uma transformação no sentido dos interesses da

sociedade urbana como um todo, não apenas dos interesses da parcela dominante desta mesma sociedade. (Cf. Carlos, 1986).

No fim do século XIX, muitos dos atuais bairros da cidade de São Paulo estavam situados distantes da área compacta da cidade. Isto se dava com o Ipiranga. O loteamento de suas chácaras simultaneamente com o início do processo de industrialização foram fatores decisivos na formação deste bairro. Este fato está ligado à intensificação do processo de urbanização na cidade de São Paulo na sua totalidade e, mais tarde, na formação da metrópole. Desta forma, podemos afirmar a lentidão do processo de urbanização da cidade de São Paulo nesta época.

No período de 1880, a cidade de São Paulo era um importante entreposto comercial do café. Podemos considerar a posição geográfica da cidade de São Paulo como estratégica, pois é onde verificamos a passagem obrigatória do fluxo da produção cafeeira vinda do interior do estado rumo ao Porto de Santos. São Paulo era a sede dos bancos e serviços essenciais à economia cafeeira.

Devido ao fato de São Paulo ser o centro de escoamento da produção de café, criou-se a infraestrutura urbana necessária para que a cidade se tornasse, mais adiante, a grande metrópole tal como conhecemos hoje. Elementos importantes como a iluminação elétrica do centro da cidade de São Paulo e a construção das linhas férreas (Sorocabana, São Paulo *Railway*) serão as vigas mestras do avanço do processo de urbanização e concomitantemente a isso do processo de industrialização.

Com isso segundo Ramos (2001, p. 40) “(...) surgiram bairros industriais e operários ao longo dos eixos ferroviários, alguns formados inicialmente de maneira contínua ao centro da cidade e outros de maneira isolada, só mais tarde incorporando-se fisicamente à área compacta e contínua da cidade”.

Mais adiante Ramos (2001, p. 40) nos mostra o processo de industrialização formando a zona fabril da cidade de São Paulo.

(...) os bairros do Brás, Belenzinho, Móoca, Pari, Bom Retiro, Barra Funda, Água Branca, Lapa, entre outros; e até alguns núcleos urbanos de outros municípios como São Caetano do Sul e Santo André, como embriões, não somente do crescimento da cidade de São Paulo, mas também da metrópole que o prosseguimento do processo de urbanização irá configurar. Ao findar o primeiro quartel do século XX, eles constituíam de maneira bem definida, sobretudo os três primeiros citados, a zona industrial da cidade.

Consideremos a área de nossa pesquisa, já que o Ipiranga se inclui nesse conjunto de bairros estabelecidos ao longo da ferrovia São Paulo *Railway*, além de ser

uma área afastada do centro da cidade no início do século XIX, onde os preços dos terrenos eram extremamente baratos se comparados à atualidade.

Quanto à questão das ferrovias, por que as indústrias procuraram essas áreas para se instalarem? Segundo Ramos (2001, p. 38)

“(...) Basicamente por dois fatores: primeiro porque as ferrovias representavam o principal meio de transporte da época, sobretudo para longas distâncias, o que facilitava o recebimento de matérias-primas e o escoamento de bens manufaturados e, segundo, porque os terrenos em que se localizavam as ferrovias eram planos, amplos e relativamente baratos, pois eram, teoricamente, impróprios para a função residencial”.

Assim, temos o processo de industrialização na cidade de São Paulo, que não podemos deixar de relacionar à urbanização, pois ambos estão intrinsecamente ligados. Desta forma, procuramos analisar estes dois processos conjuntamente para termos o entendimento desta relação. Temos, então, uma questão a ser desenvolvida: Como ocorre a formação da metrópole e quais transformações podem ser verificadas?

A metrópole se formou com o avanço do processo de urbanização que só foi possível com as mudanças econômicas desencadeadas pelas transformações do modelo econômico brasileiro até então empreendido pelo estado. Em relação a essas transformações econômicas destacam-se, como vimos no capítulo anterior, as políticas industriais desenvolvidas pelos governos de Getúlio Vargas (no período do Estado Novo), Juscelino Kubitschek (Plano de Metas) e pelos ditadores do período militar (através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – os PNDs).

O desenvolvimento industrial, responsável pelo avanço do processo de industrialização, contribui para a formação da região metropolitana de São Paulo. Em relação a este processo, não podemos deixar de mencionar que a industrialização acaba ocorrendo nas áreas mais afastadas da zona compacta da cidade. Temos, então, a origem de muitos bairros industriais e operários de São Paulo, como é o caso do Ipiranga.

O processo de industrialização vai intensificar a urbanização e, posteriormente, a formação da metrópole paulistana. Temos, com isto, o início do processo de implosão-explosão das coroas de bairros que formavam a cidade de São Paulo (cf. Seabra, 2004).

Segundo Lefebvre (2001) o processo de industrialização é o indutor do processo de urbanização o qual seria o induzido. Desta forma, vemos a importância de não fragmentarmos a análise destes dois processos. Apesar de nossa pesquisa ter como tema de estudo o processo de desindustrialização no Ipiranga, não podemos deixar de ressaltar a história da industrialização ligada à questão do processo de urbanização da

cidade de São Paulo e do bairro do Ipiranga formando, como será visto adiante, um bairro industrial e operário, a partir de fins do século XIX.

Através do processo de industrialização, torna-se possível o crescimento do tecido urbano da cidade de São Paulo. E como aconteceu este crescimento? Ao sabor dos interesses do capital, enxergando na produção do espaço urbano uma possibilidade de crescimento da mais-valia. Assim o espaço se torna, a partir do avanço do processo de industrialização, cada vez mais uma mercadoria a ser vendida aos pedaços. É o processo de industrialização que irá colaborar para a extensão do tecido urbano e a consequente formação da metrópole.

Lefebvre (1995), em sua obra *“The Production of Space”*, fala-nos sobre as contradições existentes no espaço, remetendo a este processo de maior intensificação de sua mercadorização, possível, inicialmente, apenas nos países mais industrializados do mundo. Mais tarde, os países da periferia do modo de produção capitalista também vão intensificar a mercadorização dos seus espaços.

O processo de mercadorização do espaço se desenvolveu na cidade de São Paulo desde o fim do século XIX e início do século XX, através do fracionamento das antigas propriedades de sitiantes e chacareiros, transformadas nos loteamentos dos futuros bairros. No caso da cidade de São Paulo, foi a incorporação desses loteamentos, ocupados através do processo de grilagem fortalecidos pela omissão da câmara municipal de São Paulo, que levaram ao processo de mercadorização do espaço, conforme nos coloca Seabra (2003, 1987). Portanto, a partir do fim do século XIX, temos a formação do mercado de terras na cidade de São Paulo.

O Ipiranga se formou através dos loteamentos de sítios e chácaras, conforme descreveram Baro & Bacelli (1979). Estes lotes, pelos seus baixos preços, serviram de atrativos para o início da industrialização no bairro do Ipiranga na última década do século XIX.

No caso do Ipiranga, segundo nos coloca Brito (2000), foi a Companhia Paulista de Transporte, que tinha como um de seus principais acionistas Pedro Vicente de Azevedo (filho do Conde José Vicente de Azevedo), a principal empresa loteadora, ligando esta localidade à zona compacta da cidade.

O Conde José Vicente de Azevedo, segundo Franceschini, teve um papel relevante na história do bairro do Ipiranga, pois ele foi o maior proprietário de terras naquela localidade no final do século XIX, além de ter forte influência na política da Província de São Paulo. Conforme os dados levantados por Brito (2000, 2006) sobre as

frentes urbanizadoras na cidade de São Paulo, Pedro Vicente de Azevedo também seguiu a forte influência política do seu pai. Conforme a autora, Pedro Vicente de Azevedo foi presidente da câmara municipal e da província de São Paulo. Nesta época, final do século XIX, tornou-se proprietário de grandes extensões de terras no Ipiranga pelo processo de grilagem das antigas chácaras e sítios da localidade. Concomitantemente, conseguiu que a câmara municipal iniciasse o processo de regularização de propriedade das terras na cidade de São Paulo. Tornando-se, portanto, detentor do registro de propriedade das terras ipiranguistas.

Quanto ao passado do Conde José Vicente de Azevedo, Franceschini (1996) nos fala da sua importância na formação do bairro do Ipiranga. Além disso, a mesma autora fala sobre a personalidade “justa” e “bondosa” do conde, que era participante fervoroso em obras assistenciais aos mais necessitados. Assim, era um dos grandes membros da ordem dos vicentinos, doando grandes somas de dinheiro ao Lar São Vicente de Paulo, localizado no bairro do Ipiranga, além de fundar creches, orfanatos de crianças e asilos de idosos, hospitais e outras obras de caráter assistencialista.

Segundo informações do jornal de bairro *Ipiranga News On Line* (Suplemento Especial da Edição nº 347 de setembro/2004) podemos ver o que o Conde José Vicente de Azevedo deixou para o Ipiranga como legado de sua obra assistencialista:

Para conhecer seu legado basta ir à Avenida Nazaré e seus arredores e observar as grandes instituições que ali surgiram graças às suas doações, como a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, o Santuário Sagrada Família e o Seminário das Irmãs da Imaculada Conceição, o Instituto de Cegos Padre Chico, o Hospital e Maternidade Dom Antônio Alvarenga, o Instituto de Artes da UNESP, a Unifai e o Colégio São Francisco Xavier, entre outras.

Com as informações obtidas neste suplemento digital de um dos jornais de bairro do Ipiranga, vemos que até nos dias atuais procura-se ver apenas o lado assistencialista do Conde, não mencionando as suas grandes extensões de terra, nem a forma como esse “grandioso” homem conseguiu adquiri-las no Ipiranga.

Podemos perceber, dessa forma, através da imagem do “bondoso” homem, a figura de um capitalista que se utiliza do assistencialismo para engrandecer sua imagem; criou-se um paternalismo onde tanto a elite como os mais pobres o viam como o “grande homem”. Com isso, conseguia mistificar a realidade de sua imagem, pois este “bondoso” homem e sua família foram, na realidade, os maiores grileiros do Ipiranga (cf. Brito, 2000), tendo acesso gratuito às terras desta localidade para depois lotear o

bairro e vender os seus terrenos, fato muito relevante para explicar o crescimento de suas riquezas.

O espaço urbano da cidade de São Paulo foi se caracterizando como valor de troca diferentemente de quando predominava o valor de uso. Desta forma, o espaço da cidade de São Paulo perde o caráter dominante de valor de uso e adquire o caráter de valor de troca, embora não exclusivamente. Ou seja, com a mercadorização do espaço urbano da cidade de São Paulo o seu valor de uso passa a existir sob o domínio das relações do valor de troca. Nestes tempos, a terra passa a ter um valor de acordo com os interesses da especulação imobiliária e os loteamentos de diversos bairros da futura metrópole nos indicam isso. O processo de valorização do solo urbano na cidade de São Paulo tem sua origem nesse mesmo período.

Valor de uso é o valor estabelecido quanto ao uso do espaço, seja urbano ou agrário. Portanto o espaço passa a ter valor pelo uso estabelecido pelas pessoas. Já em relação ao valor de troca, o acesso à terra é possível através da compra. Neste caso, então, não é o uso do espaço que define valor, mas o capital, estabelecendo um valor para que uma pessoa possua uma propriedade através das regras do mercado imobiliário.

É importante mencionar que, na cidade de São Paulo, a Lei de Terras de 1850, definiu o acesso às terras no Brasil por meio da compra. Mesmo em São Paulo, a Lei de Terras não foi aplicada logo após a sua promulgação. Assim, devemos ressaltar a aplicação da referida lei, que tornou possível às classes dominantes o impedimento ao acesso dos pobres aos terrenos com melhor localização.

Segundo Lefebvre (1995) com o crescimento da importância do econômico e do capitalismo, a cidade histórica foi sendo transformada em outra coisa. No nosso caso, em relação à São Paulo, podemos afirmar que, a antiga cidade foi perdendo sua identidade com o passar do tempo. O fato do espaço urbano de São Paulo ter sido deixado nas mãos da especulação imobiliária, com o aval do estado, além da falta de planejamento, acarretou à cidade uma transformação extremamente brutal.

As antigas chácaras e sítios cederam lugar ao processo de industrialização que formou a cidade e seus bairros. Ao mesmo tempo, a metrópole foi se formando, com a incorporação das áreas distantes da cidade à sua zona compacta. Estas áreas, em alguns casos, foram sendo destinadas às unidades fabris. Em outros casos, as áreas entre a zona compacta da cidade e o entorno de São Paulo, foram sendo simplesmente deixadas de

lado à espera de uma futura valorização imobiliária. Desta forma, a cidade de São Paulo foi perdendo a sua identidade e dando lugar à metrópole. (cf. Seabra, 2003).

São Paulo foi a cidade das indústrias. Com o passar do tempo, o processo de industrialização desencadeou, no caso de São Paulo, a metropolização. No entanto, a indústria vai deixando de ser a grande atividade econômica da antiga cidade. Hoje, São Paulo é a metrópole que sedia grandes empresas nacionais e transnacionais, que mantêm seus processos de produção em indústrias localizadas no interior de São Paulo ou em outros estados do Brasil. (cf. Lencioni, 1991).

Podemos definir, atualmente, a capital paulistana como a metrópole do comércio e dos serviços. Tal definição se consolida com a mudança do papel da metrópole, onde, antigamente, predominava a atividade industrial.

Como vimos anteriormente, São Paulo teve o seu desenvolvimento industrial ligado às indústrias de bens de consumo não-duráveis, sobretudo as têxteis e alimentícias; fator determinante para o crescimento do tecido urbano da cidade. Além disso, foi com o aumento da industrialização que se formaram os chamados “bairros industriais e operários”. Estes bairros tiveram sua identidade ditada pela indústria e pelo ritmo do apito das fábricas. Mesmo não tendo a sua identidade criada a partir da indústria, como é o caso dos bairros loteados por companhias de urbanização, estudadas por Seabra (1987), a indústria foi um elemento indutor fundamental no processo de urbanização em São Paulo. Ou seja, o processo de industrialização foi uma espécie de alavanca da urbanização. Mesmo nos casos dos bairros cidade-jardim, a construção de moradias foi motivada pela expansão do setor da indústria de construção civil.

Com o processo de industrialização acelerado e intenso, o tecido urbano da cidade de São Paulo se expandiu até meados da década de 1950, quando a cidade já podia ser considerada uma metrópole onde aquela cidade original havia explodido territorialmente, formando suas áreas periféricas. O processo de metropolização, desta forma, passa a ser o principal responsável pela desagregação da cidade de bairros, mas não do urbano. (cf. Seabra, 2003).

Com o avanço cada vez mais acelerado da metrópole, a cidade começa a se fragmentar, e vai perdendo sua antiga centralidade. O centro antigo se expande. Inicialmente o centro de São Paulo era a área compreendida pelo triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro, depois a parte oeste – Anhangabaú, seguido pela Praça da República – são aglutinados ao centro velho. Depois temos a

Avenida Paulista e suas imediações sendo incorporadas ao centro e assim sucessivamente. (Cf. Scarlato, 1988).

Muitos dos antigos bairros de São Paulo, inclusive mesmo alguns dos mais afastados, foram sendo aglutinados ao centro, tal foi o caso do Ipiranga. Este antigo bairro operário e industrial, atualmente, pode ser considerado uma área de expansão do centro de São Paulo. A sua ligação viária por meio da Avenida do Estado (construída na década de 1940 e inaugurada na década de 1950) foi um dos elementos, em nossa opinião, fundamental para a centralidade geográfica do Ipiranga. Este papel era da Avenida D. Pedro, mas se limitava a fazer a ligação do Ipiranga, na altura do Museu Paulista, à parte interna do Cambuci. Já a Avenida do Estado se caracteriza como uma verdadeira autoestrada, ligando o Ipiranga ao centro da cidade, ao ABC e à marginal Tietê, além disso, facilita enormemente o acesso do antigo bairro às rodovias Dutra, Fernão Dias e também a Via Anchieta. (cf. localização de um trecho das avenidas D.Pedro I e do Estado nas imagens de satélite do Google Earth).

Ipiranga: Localização das avenidas D. Pedro I e do Estado

Legenda:

- Avenida D. Pedro I
- Avenida do Estado

Fonte: Imagem de satélite do programa Google Earth/2010.

Na década de 1990, juntamente com o processo de desindustrialização, temos o avanço da metropolização que conduz à diluição da cidade e seus bairros. A cidade já apresenta sinais de crise desde os anos de 1940, começando a dar lugar à metrópole, sinônimo de “moderno” e “avançado” (cf. Seabra, 2003). A antiga cidade vai cedendo lugar ao domínio das vias expressas, como a Avenida do Estado, Juntas Provisórias e as Marginais Tietê e Pinheiros. Cresce significativamente, neste período, o espaço da velocidade, do fugaz, do automóvel, que desde a década de 1950 já possuía um *status* de riqueza na visão da maioria das pessoas das mais variadas camadas sociais.

Com o processo de metropolização, a cidade de bairros passa por uma forte crise, deixando de ser um elemento dominante no processo de urbanização. Segundo Lefebvre (2001, p. 74) “(...) a crise da cidade é mundial. Ela se apresenta à meditação como um aspecto dominante da mundialidade em marcha com o mesmo título que a

técnica e que a organização racional da indústria”. Desta forma, a metrópole paulistana vem passando por uma crise que já se desenvolvia também em outras partes do mundo. São Paulo vive, atualmente, uma crise onde a velha cidade de bairros vai se desestruturando e cedendo lugar à metrópole.

Com a crise da cidade formada por bairros, entra em crise também a vida dos bairros. As antigas relações de vizinhança, compadrio e parentesco vão cada vez mais se perdendo. O bairro, assim como a cidade, vai sendo pulverizado pela vida metropolitana imposta pela sociedade moderna. Há o estilhamento da cidade de bairros e, por causa da saída das indústrias de alguns pontos da metrópole, ocorre, dentro do contexto político, econômico e social, o processo de desindustrialização.

Este processo consiste na saída das indústrias em escala local, deixando de imediato uma paisagem com ar de abandono e desolação. Como elementos resultantes deste processo, observamos antigos galpões fechados e terrenos de antigas indústrias com mato crescendo, esperando a valorização imobiliária. Segundo Guglielmo (s/d.) o processo de desindustrialização, em muitos casos, é mal interpretado por ser analisado em escalas regionais, nacionais e, às vezes, até em escala mundial. Para o autor mencionado, não ocorre desindustrialização nestas escalas de análise. Na realidade, nestas escalas, temos um processo onde a saída das indústrias se dá apenas em relação à unidade de produção e não em relação à empresa como um todo, processo este definido por Lencioni (1991) por desconcentração industrial.

Para Guglielmo (s/d), o processo de desindustrialização vai acontecer em alguns pontos das metrópoles que tiveram um passado industrial. No estudo desenvolvido por este autor na região metropolitana de Paris, mais precisamente no subúrbio de Saint Denis, temos a ocorrência desse processo de desindustrialização em alguns pontos desta localidade.

Neste estudo sobre o processo de desindustrialização no Ipiranga, percebemos alguns fatores semelhantes aos verificados por Guglielmo (s/d). Percebemos a presença de locais onde a saída das indústrias deixou uma sensação de vazio e abandono, já que o espaço destas indústrias não foi ocupado, de imediato, por nenhuma outra atividade produtiva. Assim, galpões vazios e fechados e terrenos vazios com mato crescendo, esperando a sua valorização imobiliária, marcaram, e ainda marcam, em alguns pontos, a paisagem do Ipiranga ao longo de sua história. Mais adiante, no terceiro capítulo desta dissertação, destacaremos como o processo de desindustrialização caracteriza a realidade vivida no Ipiranga.

Em relação à paisagem concordamos com a visão de Carlos (1986), segundo o qual a paisagem do urbano não é algo estático e nem uma simples fotografia congelada no tempo; ao contrário, a paisagem se transforma com o decorrer do processo histórico. No Ipiranga, na década de 1920, temos a consolidação de uma paisagem urbano-industrial e, mais recentemente, a partir da década de 1990, temos a paisagem da desindustrialização, como já visto, marcada pela presença de galpões fechados de terrenos vagos com mato crescendo esperando a valorização imobiliária, impulsionada pelo processo de verticalização das décadas de 1990 e 2000.

Segundo Carlos (1986) a paisagem não é um quadro, portanto ela possui um processo histórico onde transformações são desencadeadas de acordo com o contexto que estamos estudando. Em suas palavras (1986, p. 50):

A análise da paisagem urbana atenta-nos para o fato de que não estamos descrevendo ou montando um quadro e sim elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual ela se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações reais. Isso nos leva a considerar dois momentos: de um lado aquele que decompõe a paisagem geográfica a partir da consideração do sítio urbano, e de outro lado a recomposição dos elementos que a compõem. Deste modo, a paisagem não se apresenta com uma simples imagem, e nem a cidade mera localização.

Desta forma, não podemos ver na paisagem uma mera fotografia ou um recorte de um tempo apenas, mas ver como ela se transforma ao longo do processo histórico. Portanto, estamos de acordo com Carlos (1986, p. 50-51) quando afirma que a forma da paisagem é histórica, ou seja:

A paisagem urbana é a expressão da 'ordem' e do 'caos', manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O que importa considerar é que essa forma será compreendida e, conseqüentemente, analisada. Uma vez que o aspecto fenomênico, coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, analisar é compreender, portanto, pensá-lo enquanto representações de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Conseqüentemente essa forma se apresentará como histórica, especificamente determinada; logo concreta.

Como vimos, o bairro sempre foi um espaço definido pela subjetividade, pelas relações de parentesco, vizinhança e compadrio. Sua formação ocorre simultaneamente com a cidade. O bairro só existe a partir do centro de sua cidade. Pois é no centro das cidades que se davam os encontros sociais no interior das relações sociais vividas no cotidiano.

O processo de metropolização, conforme já destacado, foi se consolidando com o passar dos tempos. Desta forma, a cidade de bairros vai sendo implodida-explodida em fragmentos no interior da metrópole. Este processo de explosão-implosão do tecido urbano é destacado da seguinte forma por Seabra (2003, p. 271):

A Cidade de São Paulo chegou a sua mais exuberante forma nos anos 1950, quando, nitidamente integrada por uma coroa de bairros, foi ficando imersa num processo de implosão-explosão para as periferias. Formou-se uma enorme extensão de urbanização contínua e os moradores, já então metropolitanos, viveram novas experiências de espaço e tempo.

Em São Paulo, com o processo de metropolização destacado, a implosão da cidade de bairros e, conseqüentemente, de toda sociabilidade até então existente, pode-se chegar à idéia da descaracterização do bairro. Isso é a realidade, no entanto devemos mencionar a permanência da vida de bairro enquanto resíduo no interior da metrópole. Uma existência cada vez mais residual e fragmentada, mas que persiste teimosamente apesar de toda destruição imposta pela sociedade moderna às velhas formas de sociabilidade.

Quanto à tendência ao fim da vida de bairro, não descartamos essa possibilidade enquanto permanecer a esquizofrenia alucinada de transformação cada vez mais rápida do passado urbano, onde o velho é visto como ultrapassado e o novo como moderno e atraente. Neste estudo sobre o Ipiranga, como será mais adiante detalhado, em uma das entrevistas realizadas, esta tendência conceitual ficou bastante evidente quando um morador local elogiou a presença de um conjunto de torres verticais, presentes em nossa área de estudo. Nas palavras deste morador (cf. entrevista de campo, 2010).

(...) deviam fazer coisas novas e bonitas para o Ipiranga como esse prédio (aponta com os dedos em direção ao Condomínio Caminho do Mar, localizado na Rua Hipólito Soares e bem visível nas esquinas das Ruas Agostinho Gomes e Paulo Barbosa), isso sim é bonito deviam fazer mais destes aqui no Ipiranga, isso sim melhorará o Ipiranga!

No atual contexto histórico, as antigas relações sociais de vizinhança, compadrio e parentela estão fadadas ao desaparecimento. O urbano tende, cada vez mais, à vida social baseada no isolamento, na falsa sensação de segurança e no anonimato. Um símbolo dessa nova forma de inserção social do indivíduo no urbano está presente nas cidades pelo crescente processo de verticalização, bastante visível na metrópole paulistana. As sensações de segurança, de isolamento e de anonimato, possibilitadas pela expansão desta forma de moradia, favorece o estilhaçamento da vida de bairro. As cadeiras nas calçadas, as conversas nas esquinas são substituídas por outras formas de uso do tempo social. Os *shoppings centers*, os barzinhos e outras formas de lazer menos

qualitativas vão se tornando a forma de uso do tempo na moderna sociedade de consumo (cf. Carlos, 1986).

O consumo invade, assim, todos os espaços inclusive o próprio espaço social cada vez mais normatizado e privatizado. O acesso aos lugares da sociedade moderna é definido pelo poder de compra do indivíduo. A pessoa com baixo poder aquisitivo é cada vez mais segregada e afastada dos lugares que são os símbolos de modernidade. Além disso, esta é vista como uma ameaça à beleza dos lugares e uma intrusa na modernização da metrópole. Com isso cresce o processo de segregação social na metrópole. (cf. Carlos, 1986).

Metrópole, que lugar é esse? Será um lugar ou a negação do lugar? Podemos designar como lugar o espaço onde predomina cada vez mais a segregação imposta pela privatização e normatização dos usos? O lugar é o espaço de apropriação ou vai se tornando algo extremamente raro, até inexistente? Como reverter tal processo? Estas são as questões presentes no processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Entendemos aqui o lugar, conforme afirma Carlos (1986, p. 43), como o “(...) elemento de uma totalidade concreta, no nível da formação econômica e social capitalista”. Desta forma, acreditamos que o lugar é construído nas relações sociais existentes no concreto. Ou seja, a sociedade constrói o seu lugar e o modela de acordo com os seus interesses. No caso da metrópole de São Paulo, predomina o interesse do capital, agente transformador das parcelas do solo urbano em mercadoria a ser negociada no mercado imobiliário.

Conforme ressaltado acima, não podemos definir a metrópole paulistana como um lugar, pois não representa o interesse da sociedade enquanto uma totalidade, mas sim os interesses de frações do capital atuantes na modelagem de um não-lugar, estranho ao usador que se transformou nos dias atuais num usuário deste espaço metropolitano.

Lefebvre (1995) nos assinala em sua obra *The Production of Space* o usador como o sujeito que se apropria do espaço urbano, ou seja, toma posse através do seu uso e não mediante a compra. Em São Paulo, os antigos chacareiros dos entornos da zona urbana compacta da cidade eram usadores, como o são ainda hoje os membros dos movimentos sociais urbanos, posseiros de terrenos com o objetivo de lutar por um espaço na atual metrópole como é ou foi o caso de Cotia, município localizado na metrópole paulistana e estudado por Carlos (1986).

Ainda, analisando as idéias de Lefebvre (1995), o usuário, ao contrário do usador, é o cliente do espaço urbano. O usuário, é, portanto, o sujeito consumidor do solo urbano que pode ter um ou mais imóveis. Isso vai depender de seu poder aquisitivo e conseqüentemente, da fração de classe ou estrato social ao qual pertence. Esse usuário é, em geral, manipulado pelas falsas promessas das publicidades das companhias imobiliárias. Podemos afirmar, dentro da concepção de Lefebvre (1995), que esse usuário já vive a realidade do não lugar, um lugar não construído por ele, mas imposto pelo chamado “jogo especulatório do mercado imobiliário”.

De acordo com Lefebvre (2001) devemos inverter a atual situação onde temos o domínio do *habitat*, resgatando o habitar, pois o essencial reside neste nível; como espaço de uso e não de troca. Assim, dentro da concepção de Lefebvre (1995), é necessário que predomine o espaço do usador e não do usuário no urbano. Mas como inverter a atual situação? Como superarmos a atual tendência? Resgatando os resíduos? Resgatar e recriá-los talvez. Mas isso exige a construção de uma nova lógica espacial, onde se elimine a lógica da propriedade privada. Ou seja, temos de recriar um outro cotidiano, onde a valorização do ser humano seja resgatada e reconstruída dentro de um novo contexto.

A metrópole, como vimos, relaciona-se a um processo onde a cidade se fragmentou através do processo de implosão-explosão dos seus bairros (cf. Seabra, 2003). Este processo tem na industrialização um dos elementos que vai contribuir para a sua ocorrência. Somente através do processo de industrialização temos a expansão do processo de urbanização e conseqüentemente a formação da metrópole de São Paulo.

A respeito do gérmen do processo de industrialização na cidade de São Paulo, já tratamos no capítulo anterior. Dentro deste gérmen da industrialização encontramos também o processo de desindustrialização, uma consequência da formação metropolitana que atribuiu ao urbano, cada vez mais, valor de troca.

São Paulo, portanto, como já dissemos, atualmente, não pode ser designada como uma cidade e suas partes constituintes como bairros. O bairro resiste, no interior do urbano, como uma resistência do passado. O bairro ainda existe, mas não na forma dominante como foi no passado e sim como fragmento da metrópole.

Podemos classificar, atualmente, o Ipiranga, antigo bairro industrial e operário da metrópole paulistana, como uma localidade onde existem resistências da vida de bairro. Resistência notada na voz de nossos entrevistados, quando se lembram da época

do auge industrial do bairro do Ipiranga. Em uma dessas falas (cf. trabalho de campo, 2010) destacamos:

O bairro foi bom (...). Havia várias indústrias como a Lorenzetti, a Enia e a Linhas Correntes. As indústrias davam muito emprego no bairro. Bons tempos aqueles (...) tinha o Cabeção e outros amigos que viviam no bairro. Pegávamos as cadeiras e sentávamos na calçada para longas conversas nas horas de folga das fábricas que trabalhamos. Hoje tudo isso acabou.

Muitos podem considerar a fala do morador acima colocada como uma forma de saudosismo, mas é uma lembrança/memória que fez - e faz - parte das histórias dos antigos moradores do Ipiranga. Época em que as relações de vizinhança eram mais presentes através das conversas nas ruas, dos encontros dos vizinhos após um dia extenuante de trabalho nas fábricas. Período onde o habitar era mais presente. Hoje, predomina cada vez mais o *habitat* dos moradores dos condomínios verticalizados. São Paulo, vem se tornando, cada vez mais, uma metrópole desigual socialmente, onde a cidade de bairros é implodida. Enquanto isso, o Ipiranga pode ser definido como um lugar imerso no interior dessa metrópole, conforme foi denominado no estudo desenvolvido por Ramos (2001) em relação à Água Branca.

Podemos deduzir, então, que vivemos na metrópole paulistana um processo de diluição da cidade de bairros dentro do contexto de metropolização, que é marcado por processos como o de desindustrialização em alguns pontos, de crescimento da especulação imobiliária e da verticalização das moradias dos antigos bairros.

3. O IPIRANGA, UM LUGAR IMERSO NA METRÓPOLE, EM PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

3.1 A Origem do Bairro do Ipiranga

O bairro do Ipiranga teve início em uma área afastada do centro da cidade, onde predominavam chácaras e sítios pertencentes, na maioria, a imigrantes portugueses e italianos. No início de sua formação a localidade tinha pouco contato com o centro da cidade de São Paulo².

As origens do Ipiranga, de acordo com Baro & Bacelli (1979), que relatam a história local, nos remete ao ano de 1534, data do registro de terras do sítio de João Gonçalves. A oficialização de terras no Ipiranga foi feita pelo Capitão Mor Gonçalo no dia 03/06/1538. Nos anos de 1500, o Ipiranga ainda possuía uma feição rural onde se criavam gado solto no pasto. Em 1605, os principais criadores do Ipiranga eram Francisco Proença e Pero Nunes, que criavam uma quantidade considerável para a época. Ao longo do século XVI os principais moradores do Ipiranga eram Antônio Proença, Domingo Luís (vulgo Carvoeiro) e Jiuzepe ou José de Camargo.

Podemos destacar a posição estratégica do Ipiranga, situado entre o litoral (Santos e São Vicente) e o planalto de Piratininga, caminho obrigatório de quem ia do litoral à cidade de São Paulo e vice-versa. No entanto, a localidade, já denominada Ipiranga, era pouco habitada, sendo mais um local de passagem e de pouso de tropas para os que viajavam entre a baixada santista e o planalto de Piratininga.

Historicamente, no Ipiranga aconteceu o episódio da independência proclamada por D. Pedro I, em 7 de setembro de 1822. Apesar deste importante fato histórico, o

² A palavra Ypiranga, de origem tupi, significa “rio vermelho” (y = rio ou água; pirang = vermelho), provavelmente por suas águas barrentas. (cf. Dicionário da Língua Tupi de João Mendes).

Ipiranga continuaria até o fim do século XIX como uma pequena localidade marcada pela presença de pequenos sítios e chácaras de imigrantes e descendentes de portugueses e italianos.

Podemos relacionar as origens da inserção das terras do futuro bairro do Ipiranga à urbanização da cidade de São Paulo. Este fenômeno ocorreria ao final do século XIX, quando as obras do Museu Paulista, adiada por diversas vezes, é concluída em 1894 (cf. foto 1), fato que favorecia o loteamento de seus arredores. (Baro & Bacelli, 1979).

Foto 1 – O Museu Paulista, fins do século XIX. Baro & Bacelli, 1979, p.54.

Mas é, sobretudo, a extensão das linhas de *tramways* movidos a vapor, entre o fim do século XIX e início do século XX, que irá definir o loteamento da área de estudo, praticamente a mesma época da conclusão das obras do Museu Paulista. Este meio de transporte seria utilizado pelos operários das primeiras indústrias do bairro.

Ao pesquisar a participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano no período de 1890-1911, Brito (2000) destaca, exatamente, as linhas de *tramways* movidos a vapor. Este meio de transporte existia na cidade de São Paulo no fim do século XIX e início do século XX. Podemos afirmar que sua origem foi simultânea às linhas de bondes movidas à tração animal.

Na cidade de São Paulo, Brito (2000) destaca as linhas de *tramways* que ligavam o centro da cidade ao bairro de Santana na zona norte; a linha de Vila Mariana a Santo

Amaro (com ponto terminal nas proximidades do matadouro da Vila Mariana) e o *tramway* ligando a Pça da Sé ao monumento do Ipiranga. Esta última, saía da Praça da Sé, passando pela Rua da Glória (sede do antigo núcleo colonial da Glória), pelo antigo bairro do Lavapés, pelo Cambuci (atual Rua da Independência) e chegando, finalmente, ao bairro do Ipiranga (com ponto final defronte à atual Praça do Monumento – cf. foto 2).

Foto 2 – Monumento do Ipiranga no ano 2010 - Local próximo ao antigo ponto final da linha de *tramways* ligando o bairro do Ipiranga à Pça. da Sé. Foto: Iolanda Borsa José (2010).

No ano de 1901, como nos atesta Brito (2000), temos o encerramento das linhas de *tramways* na cidade de São Paulo. Isto foi devido à instalação das novas linhas de bondes de tração elétrica, que seriam monopólio da Companhia *Light and Power Co*³. Desta forma, esta empresa canadense de capital privado entrou no jogo da mercadorização das terras na cidade de São Paulo.

Segundo Brito (2000) os primeiros loteamentos se formaram com a venda de terrenos pela Cia. Companhia Paulista de Transportes, no ano de 1890. A empresa, pertencente a Pedro Vicente de Azevedo, foi a principal responsável pelo loteamento do bairro do Ipiranga. Brito (2000) mostra que as terras do Ipiranga foram convertidas em mercadoria, a partir do trabalho das companhias de transporte coletivo. Com as obras e a integração do bairro do Ipiranga à cidade de São Paulo no fim do século XIX, paulatinamente, vai se loteando a área de estudo. Podemos lembrar que as condições jurídicas para esse processo estavam estabelecidas pela promulgação da Lei de Terras

³ A Cia. *Light and Power Co*, foi uma empresa transnacional de capital canadense que organizou seus “negócios” no vale do rio Pinheiros em São Paulo, através do processo de grilagem de terras urbanas. Detentora também do monopólio no setor de energia elétrica e de transporte no setor dos bondes elétricos. (Seabra, 1987).

de 1850, na qual estava garantida a propriedade privada da terra, eliminando o livre acesso à mesma.

A Lei de Terras demorou a ser aplicada ao bairro do Ipiranga, pois a origem de suas terras resultaram de um processo de grilagem. Antônio da Proença, Domingos Luís (apelidado Carvoeiro) e Jiuseppe ou José de Camargo, mencionados anteriormente, instalaram-se sem ter o registro de propriedade das terras. Assim, vemos que não devem ter sido grandes, do ponto de vista legal, as dificuldades da Companhia Paulista de Transporte em se apropriar privadamente das terras do que seria o bairro do Ipiranga. Além disso, era forte a barganha política de Pedro Vicente de Azevedo na Câmara Municipal, pois ele mesmo foi Vereador pelo município de São Paulo.

Antes da industrialização e a sua maior integração à cidade de São Paulo, como já vimos, o Ipiranga era um local que não havia sido absorvido totalmente pela expansão urbana paulistana. Pelo contrário do que aconteceu com os núcleos da Glória, Santana, São Caetano e São Bernardo, o Ipiranga não serviu de núcleo de atração para a política de imigração impulsionada pelo governo brasileiro. Sua formação ocorreu, como vimos, através da ocupação de terras consideradas devolutas, onde não existia o registro de propriedade de terras.

Os primeiros habitantes do Ipiranga foram sitiantes e chacareiros, a maioria imigrantes portugueses e italianos, conforme destacamos, constituíram suas pequenas propriedades rurais naquelas terras. Nestas propriedades, além de suas casas, haviam pequenas lavouras para subsistência. Assim, pode-se afirmar que nelas predominavam relações ainda pré-capitalistas de produção. No Ipiranga a formação de médias propriedades era praticamente inviável, pois os terrenos eram muito acidentados e as terras inadequadas para uma produção agropecuária de larga escala. Desta forma, predominou o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros, destinados à própria sobrevivência dos moradores da área de estudo. Apenas quando havia sobra na produção, esta era destinada ao comércio realizado na área central da cidade de São Paulo.

As terras que seriam o bairro do Ipiranga, como vimos, foram inicialmente ocupadas por pequenos sitiantes e chacareiros devido à sua pouca fertilidade. Com o passar dos anos – especialmente na virada para o século XX - o surgimento das frentes urbanizadoras da cidade de São Paulo (cf. Brito, 2000, 2006) e a aplicação da lei de terras de 1850, após os grandes proprietários terem grilado as melhores áreas da cidade, o Ipiranga passou a ser ocupado por essas famílias. Como Brito (2000) assinala, as

famílias do Conde José Vicente de Azevedo e de Antônio Proost Rodovalho foram os grandes proprietários no Ipiranga no fim do século XIX e início do século XX. Podemos afirmar que as terras próximas ao Monumento e ao Museu Paulista, ainda segundo Brito (2000), pertenciam aos Vicente de Azevedo, enquanto isso o Alto do Ipiranga era de propriedade de Antônio Proost Rodovalho.

Para Franceschini (1996), o imigrante português Conde José Vicente de Azevedo figurava como patriarca da família Vicente de Azevedo. Quando chegou ao Brasil, na década de 1880, instalou-se na cidade de Lorena, no vale do Paraíba paulista, onde se tornou grande proprietário de terras. Com o dinheiro acumulado, oriundo de suas atividades na localidade acima mencionada, transfere-se para a cidade de São Paulo. Na capital paulista, acaba adquirindo terras no Ipiranga. Com o passar do tempo, o Conde José Vicente de Azevedo começou a lotear o que seria um bairro operário e industrial. Além de atuar na área da especulação imobiliária, o conde teve forte poder político e intensa atuação na área do setor dos transportes na velha São Paulo (tanto em relação ao bonde de tração animal como os *tramways* movidos a vapor).

Franceschini (1996) relata a vida do Conde, definindo-o como um homem “bondoso”. Segundo a mesma fonte, ele teve forte participação na política assistencialista, era considerado uma pessoa muito religiosa e ligada à família. Fundou creches, o Lar São Vicente de Paulo, hospitais e escolas. O estudo desenvolvido pela autora sobre o Conde José Vicente de Azevedo, mostra que o seu legado continua presente no Ipiranga atualmente. Essa imagem de homem “bondoso” compunha sua atuação política e empresarial. Por isso, tanto o Conde José Vicente de Azevedo como o seu filho Pedro Vicente de Azevedo foram eleitos diversas vezes, ora para a presidência da Câmara Municipal, ora para a Presidência da Província – futuro Estado de São Paulo - conforme relata Brito (2000).

Brito (2000) relata os enormes benefícios conseguidos pelo Conde José Vicente de Azevedo por ocasião do processo de loteamento dos seus terrenos na cidade de São Paulo e mais especificamente no bairro do Ipiranga, onde era grande proprietário. Ao lado de seu filho, ambos exerceram forte influência na vida política de São Paulo e o seu assistencialismo, na realidade, servia apenas para mostrar a boa imagem de um dos grandes “grileiros” da São Paulo do fim do século XIX e início do século XX.

Concluímos, então, que o Ipiranga teve origem do fracionamento de pequenas propriedades rurais, cujos proprietários não tinham os títulos de posse, o que facilitou o

loteamento do bairro do Ipiranga através da frente urbanizadora dos Vicente de Azevedo (pai e filho).

3.2 Os processos de industrialização e urbanização no bairro do Ipiranga

Os processos de urbanização e industrialização, devem ser estudados em seu conjunto, pois, desta forma, é possível perceber a existência de uma forte ligação entre ambos os processos, de forma que eles não poderiam ser estudados separadamente. A industrialização e a urbanização, neste contexto, podem ser vistas na sua totalidade. Numa análise fragmentada, ao contrário, correria-se o risco de não conseguir explicar o processo de desindustrialização no Ipiranga, ficando sem sentido abordar o assunto desta pesquisa sem relaciona-lo à realidade urbana.

O Ipiranga começou a se urbanizar no fim do século XIX, de forma muito lenta e gradual, conforme visto no item 3.1 – As origens do Ipiranga. Concomitantemente neste período, surgiram as primeiras indústrias do bairro. Em 1906, os irmãos Benjamin, Nami e Ricardo Jafet iniciam as atividades industriais com a instalação da Fábrica Cia. Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga (cf. foto 3). Em 1907, os ingleses fundam a Linhas Correntes (cf. foto 4) e em 1909 surge a Fábrica de Ferro Esmaltado Sílex. Vemos, desta forma, os primeiros passos dos processos de urbanização e industrialização no bairro do Ipiranga que ocorreram a partir do final do século XIX, até sua consolidação nos anos de 1960.

Foto 3 – Visão da Cia. Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga de propriedade dos irmãos Jafet, esta foi a maior indústria do bairro do Ipiranga e uma das mais importantes da cidade de São Paulo. Baro & Bacelli, 1979, p. 108.

Foto 4 – Entrada da Indústria da Linhas Correntes, empresa fundada em 1906 por um grupo de industriais ingleses, localizada atualmente na rua do Manifesto, 876. Foto obtida no site <<http://www.maps.google.com.br>> 2009.

Na década de 1920, vivia-se no Brasil um período da alternância do poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais; era a chamada política do “café com leite”. O governo brasileiro era dominado pela aristocracia rural desses estados. Salvo alguns anos de turbulência política, caso dos governos de Marechal Hermes da Fonseca e de Artur Bernardes, esse período foi dominado por essa aliança política que dava apoio irrestrito à economia do café.

Desenvolver e proteger a economia cafeicultora eram os objetivos básicos naquele período, no qual a industrialização já era um processo desenvolvido numa escala considerável. Em relação ao processo de industrialização, não havia ainda uma política industrial para o país. Alguns setores da burguesia latifundiária viam com forte desconfiança o crescimento industrial, lutando, portanto, para que o Estado não apoiasse a indústria. Esses setores da política apoiavam seus argumentos considerando que o futuro do Brasil estaria no campo, não na indústria. Desta forma, viam com preocupação o processo de desenvolvimento do país. No nosso ponto de vista, tais argumentos eram, no mínimo, questionáveis, pois os países centrais do modo de produção capitalista se desenvolveram economicamente com a modernização do campo. Além disso, podemos ter uma produção em escala industrial em localidades ainda não dominadas pela

urbanização. Ainda assim, não podemos afirmar que os dois processos sejam separados. A industrialização, principalmente no caso da Europa, foi responsável pelo avanço do processo de urbanização. Cidades como Londres, por exemplo, só cresceram significativamente com a revolução industrial do século XVIII.

Em São Paulo, as indústrias cresciam devido ao fomento financeiro gerado nos interstícios da economia cafeeira. Na cidade de São Paulo, o bairro do Ipiranga já se consolidava como um bairro operário e industrial, não mais como um conjunto de pequenas chácaras e sítios com produção de subsistência, e a venda dos excedentes desta produção no centro da cidade, pela proximidade do bairro do Ipiranga situado a apenas cinco quilômetros da Praça da Sé.

Antes da década de 1920, a produção industrial do bairro do Ipiranga convivia com a presença de chácaras e sítios que ainda dominavam a localidade. Mas com o passar do tempo – logo após a década de 1920 – o processo de urbanização se intensificou no bairro, assim como o processo de industrialização.

As três unidades industriais inauguradas antes de 1920, colaboraram no avanço não só da industrialização, mas também na consolidação do processo de urbanização do bairro. Em 1924, iniciaram as atividades da indústria Artex S.A., fábrica de artefatos têxteis, localizada na Praça Nami Jafet. Em 1925, foi inaugurada a Indústria Mercúrio, à Rua Cipriano Barata, além da linha de montagem da *General Motors*, à Avenida Presidente Wilson. (cf. Baro & Bacelli, 1979). Mais tarde, a *General Motors* se transferiu para o município de São Caetano do Sul, à Avenida Goiás, no bairro Barcelona onde se encontra atualmente. Nessa época, segundo dados da Secretaria Municipal do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, haviam 12.064 habitantes no Ipiranga.

A década de 1930 foi marcada pela política de incentivo ao setor industrial do governo de Getúlio Vargas, que chegou ao poder com um golpe originado de uma revolução que encerrou a aliança política do “café com leite”. Com Vargas no poder, houve, uma política de ajuda aos cafeicultores. Mas o setor que acabou recebendo maior apoio desse governo foi o industrial, a partir da política desenvolvida no chamado Estado Novo. Vargas desenvolverá a primeira política industrial oficializada pelo Brasil. Assim, não só as indústrias de bens de consumo não-duráveis se desenvolveu no país, como também as indústrias de bens intermediários e de base.

Estes setores industriais na década de 1920 já davam os seus primeiros passos, mas foi no governo Vargas que eles tomaram impulso para um grande salto de

desenvolvimento. Quanto à cidade de São Paulo, o processo de industrialização continuava avançando, enquanto a cafeicultura se estagnara. No bairro do Ipiranga se instalaram, na mesma década, a J.B.Duarte, à Rua dos Patriotas; a Fiação e Tecelagem *Lutfalla*, à Rua da Constituinte; a Cia. *Hobart-Dayton* do Brasil e a *Swift Armour*, ambas à Avenida Presidente Wilson. O bairro tinha 40.825 habitantes em 1934. (cf. Baro & Bacelli, 1979).

Na década de 1940, caiu a fase ditatorial do governo Vargas, mas a política industrial do país seguiu adiante. Apesar do autoritarismo desse governo, devemos ressaltar a importância da política industrial instaurada nesse período, que foi a base para o fortalecimento do processo de industrialização brasileiro. Um dos grandes legados desse governo (durante o regime do Estado Novo) foi a constituição da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro. Enquanto isso, tanto o processo de industrialização, quanto o de urbanização se solidificavam no bairro do Ipiranga. Cresceu, então, a instalação de unidades fabris - siderúrgicas e metalúrgicas - neste bairro. (cf. tabela 3.1 – Indústrias no Ipiranga na Década de 1940).

Tabela 3.1 – Indústrias instaladas no bairro do Ipiranga na década de 1940
Papel Leon Feffer
Cibraço Ind. e Com.
Indústria Brasileira de Condutores Elétricos
Irmãos Lantieri
Indústria de Papel Simão
Lakekla Com. e Ind.
Bachert Industrial
Laminação Santa Terezinha
Persianas Colúmbia
Liquid Carbonic

Fonte: Secretaria Municipal de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, 1988, p. 17.
Elaboração e organização: André Borsa José/2010.

Na década de 1950 continuou a intensificação do processo de industrialização no bairro do Ipiranga, através das políticas de incentivo à industrialização do governo de Juscelino Kubitschek (Plano de Metas). No Ipiranga, esta época foi marcada pelo contínuo avanço da industrialização na região do Grande ABC e Guarulhos. Neste período, já era intensa a urbanização do bairro do Ipiranga. De forma análoga, com a industrialização já bastante consolidada no bairro do Ipiranga, constatamos uma população local de 174.744 habitantes (Secretaria Municipal de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, 1988, p. 17 – cf. tabela 3.2).

Tabela 3.2 – Indústrias instaladas no bairro do Ipiranga na década de 1950
Shell do Brasil
Oxigênio do Brasil
Osram-Montgomery do Brasil Ind. e Com.
Algodoeira Paulista
Siderúrgica Barra Mansa
Indústria e Comércio Atlas
Cia. Ultragaz
Meiatex Ind. e Com.
Di Cicco Com. e Ind.
Sonnervig Com. e Ind.
Carbramar Ind. e Com.
Sperry Rand do Brasil

Fonte: Secretaria Municipal de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, 1988, p. 17.

Elaboração e organização: André Borsa José/2010.

Houve, na década de 1950, o auge do processo de industrialização, que continuaria ainda nos anos de 1960. Nesta época, o Ipiranga poderia ser caracterizado como um bairro operário e industrial. Quanto ao fato da consolidação do bairro do Ipiranga, poderíamos colocar uma questão: Teria surgido do loteamento das antigas chácaras sem uma ligação direta com a indústria, ou teria surgido diretamente ligado à formação das indústrias e vilas operárias? Podermos reafirmar que o bairro do Ipiranga surgiu diretamente ligado ao processo de instalação das unidades fabris e à formação das vilas operárias. São Paulo, até o início do século XX, foi definida por Seabra (2004) como “a cidade dos tempos lentos”, onde temos o processo de formação dos bairros, mas não a sua consolidação. Desta forma, destacando a década de 1950, Seabra (2004, p. 277) nos coloca:

São Paulo realizou-se como uma cidade de bairros nos anos cinquenta. Tanto que entre 1950 e 1980, implodiam as estruturas internas da cidade à medida que explodia o tecido urbano na formação das periferias que davam configuração, propriamente, à metrópole. Depois dos anos 1980, mal se distinguem as partes do todo na justaposição de formas desconexas que caracterizam a morfologia da metrópole. Agora são os pontos nexos de rede que inscrevem numa textura indiferenciada, ao mesmo tempo homogênea (estruturas de circulação) e quebrada (espaços do viver) do espaço da metrópole.

O Ipiranga, como já destacamos, foi um local de pouso de tropas. Desta forma, como Seabra (2004, p. 289) nos afirma, o Ipiranga está entre as localidades que “(...) foram sendo transformadas (grifo meu) em centros de uma vida de bairro a partir do

momento que São Paulo começou a receber imigrantes e a ter indústrias, desde o século XIX”.

Nos anos de 1960, a população ipiranguista continuava crescendo, haviam agora 156.766 habitantes morando no bairro. Neste período, as indústrias continuavam se instalando no Ipiranga. (cf. tabela 3.3).

Tabela 3.3 – Indústrias instaladas no bairro do Ipiranga na década de 1960
Probel Ind. e Com.
Marfinite Produtos Sintéticos
Itororó Veículos e Peças
Luzalite Com. e Ind.
Monumento Veículos e Motores
Metalfrio Ind. e Com.
Camionauto
Siderúrgica Correfaz
Visconti Indústrias Alimentícias
Pneus Auto Lins
Indústria Votorantin
Olivetti do Brasil

Fonte: Secretaria Municipal de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, 1988, p. 17

Elaboração e Organização: André Borsa José/2010.

Após a década de 1960, caiu muito em número, a instalação de novas indústrias no bairro do Ipiranga, praticamente estava ocupado por um grande número de unidades fabris. Segundo dados do Cadastro Industrial do IBGE de 1965, haviam 943 indústrias no distrito do Ipiranga, entre grandes, médias e pequenas unidades fabris. (cf. mapa 1 “Indústrias no Distrito do Ipiranga/1965”).

Mapa 1 – Indústrias no Distrito do Ipiranga/1965

Principais setores industriais

	Produtos Minerais		Mobiliário
	Minerais não-metálicos		Papel e Papelão
	Metalúrgica		Borracha
	Mecânica		Couros, Peles e Similares
	Material Elétrico e de Comunicação		Química
	Têxtil		Produtos Farmacêuticos e Medicinais
	Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido		Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas
	Produtos Alimentares		Produtos de Matérias Plásticas
	Editorial e Gráfica		Ferrovia Santos-Jundiaí
	Diversos		rio Tamanduateí
	Madeira		Limite entre os Distritos do Ipiranga e Sacomã

Fonte dos Dados: Cadastro Industrial do IBGE/1965

Mapa elaborado por: André Borsa José/2010

Base cartográfica: Baro & Bacelli, 1979

O mapa 1 “Indústrias no Distrito do Ipiranga/1965” destaca a distribuição das indústrias, por ramos, em toda área do distrito do Ipiranga, compreendendo as áreas do alto e baixo Ipiranga. Através de uma visão panorâmica do mapa, podemos notar que o distrito onde se localiza o bairro do Ipiranga se caracterizava pela presença de uma grande quantidade de indústrias mesmo abrangendo, na época, o atual distrito do Sacomã. Desta forma, a definição do Ipiranga como um bairro operário e industrial pode ser claramente aplicada à década de 1960 na localidade.

Outra questão importante verificada no mapa é sobre a concentração espacial das indústrias no Ipiranga. Podemos notar que a maior parte das unidades fabris do bairro se localizavam próxima às áreas de várzea do rio Tamanduateí e nas proximidades da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Naquela época, a proximidade da linha férrea ainda tinha um papel importante na localização das indústrias no bairro do Ipiranga. Já no alto do Ipiranga havia uma quantidade significativa de indústrias, mas a sua quantia era muito menor quando comparada às áreas de várzea.

Segundo os dados do Cadastro Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do ano de 1965, podemos verificar nas ruas Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Silva Bueno e Bom Pastor uma maior quantidade de unidades fabris no bairro. Foi com base nessa constatação que definimos essas quatro ruas como o foco para estudar em detalhe o processo recente de desindustrialização no Ipiranga. (ver Tabela 3.4 – As Indústrias na Área de estudo em 1965).

Tabela 3.4 – As Indústrias na Área de Estudo/1965	
Nome do Logradouro	Número de Indústrias em 1965
Agostinho Gomes	33
Cipriano Barata	37
Bom Pastor	45
Silva Bueno	42

Fonte: Cadastro Industrial do IBGE/1965

Elaboração e organização: André Borsa José/2010

Na década de 1970, no período da ditadura militar no Brasil, crescia a entrada de capitais externos em nosso país; afinal, em certo sentido, o próprio golpe militar foi, apoiado pelo governo imperialista dos Estados Unidos. Nesta época, temos o destaque aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e, com eles o início da política de desconcentração industrial no Brasil. Este processo se tornará possível com a política de incentivos fiscais, um forte fator atrativo para a instalação de unidades industriais em outras regiões do Brasil. É importante mencionar aqui o surgimento do Plano de Desenvolvimento das Cidades Médias, de abrangência estadual, que tinha em seu cerne

a saída das indústrias das áreas metropolitanas e a sua ida para cidades como Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas no interior do estado de São Paulo.

Na década de 1980 há o início do processo de redemocratização política do Brasil. Em relação à indústria, a política de desconcentração industrial prossegue. Com isso, em algumas partes da cidade de São Paulo, já era possível notar visivelmente os primeiros sinais do processo de desindustrialização que marcariam esses pontos como a presença de galpões industriais fechados e indústrias recém desativadas, mas ainda a desindustrialização na escala pontual não havia se consolidado espacialmente.

Na década de 1990, o processo de abertura econômica se intensificou com a adoção da cartilha neoliberal do Consenso de Washington. Com isso, os processos de desconcentração industrial e de desindustrialização acabam por se consolidar neste período, ao longo dos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

São Paulo, nesta época, foi marcada pela saída significativa de suas indústrias, parte delas indo para o interior do estado ou até mesmo para outros estados. O município, que perdera a antiga vocação de parque industrial, acaba ganhando, em definitivo, a caracterização de “cidade de serviços”.

O bairro do Ipiranga é uma localidade que está perdendo sua antiga identidade com o processo cada vez mais acelerado de transformações sócio-espaciais. Podemos caracterizar, atualmente, o Ipiranga como uma unidade político-administrativa do município; um fragmento do antigo bairro operário e industrial. Podemos explicar o ocorrido, assim como destaca Seabra (2003), pelo fato da cidade de bairros que caracterizava São Paulo na década de 1950 ter sofrido um processo de implosão-explosão, provocado pelo próprio processo de formação da metrópole.

3.2.1 A Importância da Família Jafet na Industrialização e na Urbanização do Bairro do Ipiranga

Na história da industrialização brasileira foi relevante o papel dos imigrantes. Famílias como os Gamba, Crespi, Matarazzo, Pugliese, Jafet, construíram verdadeiros “impérios industriais” na cidade de São Paulo.

Estes imigrantes, ao contrário do que muitas vezes se afirma, pertenciam à classe média em seus países de origem e traziam algum capital para manter seus futuros negócios no Brasil. Assim, devemos reconsiderar, por exemplo, o mito criado em relação ao Conde Francisco Matarazzo e a velha idéia dos imigrantes, principalmente italianos, que vieram ao Brasil “para fazer a América”.

Já a família Jafet, de origem sírio-libanesa, chegou no início do século XX ao município de São Paulo. Inicialmente vieram os irmãos Ricardo e Nami Jafet, em 1906, e três anos depois chegou o outro irmão, Benjamin Jafet. Juntos se dedicaram à várias atividades econômicas. As primeiras atividades desenvolvidas pelos Jafet foram no comércio, assim como fez Francisco Matarazzo. Com o capital trazido do Oriente Médio somado às vendas realizadas no comércio, foi possível aos irmãos Jafet investirem no setor industrial, já no primeiro ano que chegaram a São Paulo. Com isso, construíram um grande império industrial na cidade de São Paulo, a partir da década de 1910. (cf. Lima, 1954).

As indústrias do Grupo Jafet, instalaram-se em várias regiões da cidade de São Paulo. Mas foi no bairro do Ipiranga que ocorreu o maior investimento com a instalação da principal unidade fabril do grupo. Esta indústria era a Companhia Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga, a maior indústria existente no bairro no início do século XX, fundada em 1906. Segundo dados de Baro & Bacelli (1979), em 1913 o capital desta unidade fabril era de cerca de \$ 4.000.000, empregando 785 operários e operando com 444 teares com potência de 600 HP. Em 1919, esses dados se modificaram, sendo investidos \$ 6.000.000, empregando 1.200 operários que operavam 800 teares com potência de 1.000 HP.

Como já foi mencionado, o grupo industrial Jafet era de origem familiar, fato que determinava sua velha forma administrativa de “capitães de indústria”. Neste tipo de gestão, há uma relação autoritária e ao mesmo tempo paternalista da empresa com seus funcionários. A decisão sempre cabe aos membros dirigentes da empresa pertencentes à própria família, parte integrante da indústria. Neste caso, os donos da

fábrica não aceitam a ingerência dos técnicos administrativos e buscam solucionar os problemas que surgem através da sua “sensibilidade” nos negócios. (cf. Cardoso, 1964).

O paternalismo se baseia no estabelecimento de alguns favores do empresário a alguns de seus funcionários, tornando-os prisioneiros da dependência de seu patrão. Além disso, o paternalismo, como a própria palavra nos remete, cria uma imagem de “pai”; na relação patronato e operariado. Podemos dizer que esse tipo de relação marca fortemente a cultura brasileira, caracterizada pelo “sebastianismo”, que é resquício da herança portuguesa em sua colônia na América, com o mito da volta do Rei D. Sebastião.

Em suma, o grupo Jafet imprimiu uma importante marca na industrialização, na urbanização do bairro do Ipiranga e na história da industrialização de São Paulo, pois foi um dos maiores grupos industriais instalados na cidade no início do século XX. Atualmente os Jafet mudaram de setor econômico. Atuam hoje, no setor imobiliário sendo que Basílio Chedid Jafet é um dos membros da direção do Sindicato da Construção Civil de São Paulo- SECOVI – e dono da empresa Jafet S.A., indústria do setor de construção civil no município de São Paulo.

3.3 O bairro do Ipiranga no contexto da metropolização

Em diversos bairros de São Paulo, verifica-se a ocorrência de um processo de desindustrialização, os antigos bairros industriais passam a ter uma nova vocação na estrutura espacial do município. Alguns deles, recentemente, como é o caso do Ipiranga em especial, passam por um processo de verticalização e as antigas indústrias e galpões industriais que testemunharam o passado vão, aos poucos, desaparecendo para dar lugar a condomínios destinados a classe média e média alta de São Paulo. Assim, a lógica do capital mais uma vez vai alterando o cotidiano destes antigos bairros industriais. Novos moradores, estranhos ao bairro, vão se instalando e cada vez mais a identidade histórica destes bairros vai se perdendo para dar lugar a um contexto completamente estranho ao antigo morador e ligado às novas necessidades do modo de produção capitalista, que vê nas transformações espaciais a sua estratégia de resistir às constantes crises.

O bairro é uma categoria de análise na geografia e muitos geógrafos utilizaram, e utilizam, este conceito direta ou indiretamente em seus trabalhos, como foram os casos de Martin (1984), Scarlato (1988), Ramos (2001), Laurentino (2002) e Seabra (2003).

O bairro é uma unidade onde predominam as relações entre os moradores de compadrio, companheirismo e vizinhança. No bairro as pessoas que moram são notadas e fazem parte de uma unidade familiar maior. O surgimento do bairro vem desde a época do predomínio agrário no Brasil. As chamadas vilas agrárias, áreas onde o compadrio marcava fortemente a vida social.

Em São Paulo, geralmente, foram as pequenas unidades agrícolas como chácaras e sítios que formaram os futuros bairros. Bairro, como já destacamos, refere-se a um espaço onde se dão as relações sociais de maior aproximação entre os seus moradores. É o espaço social de menor escala mais próximo da vida familiar dos seus habitantes. Serviu até a década de 1960, como um suporte “doméstico” à industrialização e à urbanização. Foi através do bairro que se deram as relações de vizinhança, compadrio e companheirismo. E a partir daí tem-se as relações de qualidade através das experiências vividas (cf. Seabra, 2003).

Laurentino (2002, p. 10) considera o bairro como “(...) unidade espacial fundamental para maior entendimento das relações de vizinhança, das relações das pessoas com o lugar de moradia, lazer, trabalho, etc.”. A definição, para o mesmo autor, da divisão político-administrativa está presente nas relações constitutivas da vida de bairro como nos antigos bairros operários paulistanos, hoje em processo avançado de dissolução.

A visão funcionalista a respeito de bairro o considera de forma muito objetiva e quase estática. Esta forma de definição de bairro está ligada à visão de planejamento funcional de técnicos ligados ao poder municipal. Neste tipo de divisão, considera-se o bairro como uma unidade político-administrativa dentro do município de São Paulo. Deixando de lado as questões subjetivas que anteriormente havíamos mencionado.

Para o administrador municipal, a cidade já foi dividida em administrações regionais e mais recentemente, no governo de Marta Suplicy, foi dividida nas chamadas subprefeituras. Tanto na divisão antiga como na atual, considera-se a cidade formada por bairros. Mas estes bairros, na nossa visão, não podem e nem devem ser definidos como tais nos dias de hoje, devido ao processo de desagregação dos mesmos gerado pela metropolização da cidade de São Paulo.

Voltando à nossa concepção de bairro, esta não é algo tão simplista como colocam os funcionalistas que vêem a cidade como um sistema orgânico administrativo diluindo as relações humanas aí existentes. Há a presença bastante forte da

subjetividade dos moradores na definição dos limites de bairro. Portanto, os mesmos não são estáticos e se modificam constantemente ao longo do tempo.

Deste modo, podemos afirmar que a definição dos limites do bairro é realizada pelos seus moradores mais antigos. No processo de planejamento físico-territorial isso não ocorre, pois a preocupação dos planejadores está ligada à funcionalidade dos territórios onde atuam.

Segundo Seabra (1987), em sua tese de doutorado sobre a valorização dos rios e várzeas na cidade de São Paulo, a partir da década de 1930 as áreas de várzea da cidade de São Paulo começaram a passar por um profundo processo de transformações envolvendo toda a cidade. Gradativamente, ao longo da referida década, prosseguindo pelas décadas de 1940 e 1950, as áreas de várzeas da cidade de São Paulo se transformaram em mercadorias a serem vendidas no mercado especulativo, ou seja, as várzeas passam a ter valor de mercado. Mais adiante na década de 1950, os bairros que formavam a cidade começam a passar por um processo de perda de referências. No caso do Ipiranga esse processo começa a ocorrer, principalmente, através da inauguração da Avenida do Estado, na década de 1940, ligando o bairro às principais rodovias da metrópole paulistana.

A Avenida do Estado representou um processo importante dentro do contexto de transformações ocorridas no Ipiranga ao longo de sua história. A inauguração da referida avenida demonstra claramente a preocupação das autoridades municipais e estaduais em integrar a região metropolitana através das vias expressas. A presença da avenida já representou um corte urbano no Ipiranga, que começou a se integrar ao processo de metropolização e consequente crescimento. Assim, começa o processo gradual de perda de identidade da vida de bairro e do bairro propriamente dito.

A partir daí teve início um processo de perda da qualidade das relações sociais, ou seja, as relações entre as pessoas foram se tornando mais superficiais e o contato entre elas se reduziu. São Paulo passa, cada vez mais, a se tornar uma metrópole, implodindo a antiga cidade de bairros. Exemplos disso, temos presentes através do aparecimento de grandes avenidas e a própria verticalização da cidade. O espaço vai se tornando mais raro ao longo do tempo. Passa a ser mais ligado à produção do que à obra humana, propriamente dita, conforme nos afirma Lefebvre (1995). Assim, paulatinamente, os bairros vão desaparecendo e tendendo a se tornar meros locais de passagem, sem identidade com seus moradores.

O cidadão e o usador se transformam em usuário, uma figura patética que também não se fixa durante muito tempo em um mesmo lugar. Em relação a esses conceitos: o usador faz uso da cidade, estabelece-se e vive nela. Já o usuário consome a cidade, vive ilusoriamente em seus fragmentos, pois ele não tem mais a visão de totalidade da vida de bairro. Apenas em alguns momentos vive-se os fragmentos desta vida, mas de forma ilusória e alienada. Ou seja, não se vive mais a vida de bairro, pois esta existe apenas como resíduo na metrópole.

Essa transformação do morador, passando de usador para usuário, ocorre de forma concomitante com o processo de metropolização. É a partir do processo de formação da região metropolitana da Grande São Paulo que o paulistano vai se transformando em usuário e deixando de ser um usador da cidade. Agora a metrópole se apropria da vida e não mais o morador da sua cidade.

Este contexto está ligado à crise da cidade, mencionada por Lefebvre (1995), que se iniciou nos primeiros tempos do capitalismo concorrencial (com a indústria propriamente dita) e atualmente aprofundada; com ela surgem novos aspectos da realidade urbana. A crise esclarece tudo aquilo que foi pouco ou mal entendido e descobre o mal percebido. Obriga a reconsideração não somente da história da cidade e dos conhecimentos a respeito desta, como também da filosofia e da arte.

A crise do bairro e sua fragmentação se liga à uma crise maior, a da cidade. O processo de metropolização entra neste nosso contexto, pois ele provoca transformações intensas e velozes na cidade de São Paulo.

Em relação ao bairro do Ipiranga, essas mudanças vão se dar concomitantemente ao fim do processo de industrialização e o início do processo de especulação imobiliária, atualmente em seu auge, com o lançamento de vários condomínios destinados à classe média e média alta paulistana que passam a ocupar, paulatinamente, toda área do bairro.

No entanto ainda existem resíduos do antigo Ipiranga, com a presença dos antigos e deteriorados galpões industriais, alguns utilizados para armazenagem de produtos industrializados, além de antigos sobrados resistentes à modificação completa do bairro. Quanto às relações sociais, seus resíduos no sentido lefebvriano desta palavra, concentram-se, sobretudo, nas áreas baixas do bairro, onde habitam as populações menos favorecidas que ainda ocupam as ruas, fazendo das calçadas um espaço de lazer nos horários em que o movimento é menor.

Um caso particular, que devemos destacar, é o da Rua Paulo Barbosa, onde as crianças a utilizam como espaço de lazer, jogando bola e fazendo inúmeras brincadeiras, principalmente em finais de semana e feriados. No entanto, não podemos deixar de mencionar, através das falas dos moradores, as mudanças por eles vividas, onde o tempo do capital vai diluindo as relações cada vez mais. Como podemos perceber, numa fala nostálgica de um morador ao revelar suas lembranças dos antigos tempos, quando conversava com os seus vizinhos. Ele fala de um tempo melhor:

(...) Naquela época tinha mais tempo para conversar nas ruas do bairro, tinha o Cabeção, e outros amigos que se reuniam comigo na calçada para longas conversas, hoje isso acabou. (...) Agora as pessoas só passam e jogam lixo no chão, o que colabora para o agravamento do problema das enchentes aqui no bairro. (...) Hoje, vejo uma esquina da Avenida Teresa Cristina que virou um lixão o que nos gera várias doenças e agrava o problema das enchentes. (Entrevistado 2/2010)

Em relação ao problema das enchentes, o mesmo entrevistado se indigna. Em sua fala relembra que:

(...) teve uma enchente terrível no ano 2000, a água subiu mais de 2 metros de altura. Meu sobrado ficou todo cheio na parte de baixo. Mas o pior foi depois da enchente quando todo estuque apodreceu e um pedaço dele caiu na cabeça da minha filha que teve de ir ao hospital com urgência. Gastei o que não tinha em remédios. Sabe rapais, salário de pobre é pouco (...). (Entrevistado 2/2010).

Além disso, o morador relembra, revoltado, a omissão da imobiliária e do proprietário do imóvel, que lhe cobra o aluguel:

Reformei toda casa após a enchente, mas tudo saiu do meu bolso, nem do aluguel descontaram, entrei com ação na justiça, mas o processo caducou devido às várias manobras que os advogados da imobiliária fizeram para que ele não fosse adiante. Lutei muito pelo bairro do Ipiranga, participei de várias reuniões na associação de moradores do bairro, mas pouco se conseguiu. Hoje cansei, não dá mais. Ainda por cima jogam lixo na rua e falam que os políticos são culpados, mas as pessoas também não colaboram em nada! (Entrevistado 2/2010)

Mas apesar do saudosismo desse antigo morador, que está há mais de sessenta anos no Ipiranga, ele se posiciona a favor da verticalização do antigo bairro operário e industrial, pois para ele os condomínios verticais são coisas bonitas. Em suas palavras, “Tá vendo esses prédios? Isso são coisas bonitas!(...) É o que deveriam começar a fazer mais no Ipiranga”.

Portanto, apesar da modernização imposta pelo novo modelo de metrópole, alguns resíduos do passado do bairro permanecem, embora cada vez mais desgastados e

pressionados pelo poder dos proprietários do capital, especuladores do espaço tornando-o cada vez mais uma mercadoria a ser vendida em parcelas cada vez menores e mais valorizadas. Desta forma, o Ipiranga está passando a ser mais um local onde os interesses da lógica do capital são predominantes, exigindo uma maior valorização do antigo bairro operário e industrial.

3.4 A saída das indústrias do Ipiranga no contexto do processo de desindustrialização do antigo bairro operário e industrial

A desindustrialização é um processo sócio-econômico e político recente. Suas origens no Brasil remontam ao final da década de 1960 e início da década de 1970, quando despontava o processo de desconcentração industrial. No estado de São Paulo, este processo nos remete à saída da linha de produção da indústria para as cidades médias do interior do estado, como destaca Lencioni (1991) em sua tese Reestruturação urbano-industrial: A desconcentração da metrópole de São Paulo.

Nesse período ainda não era muito claro o processo de desindustrialização, mas com o início da saída das unidades de produção da metrópole paulistana para as cidades médias, dentro do contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento dos governos militares (PNDs), a tendência à desindustrialização de alguns pontos do município de São Paulo tornara-se bastante acentuada.

Na década de 1980, houve a continuidade do processo de saída das indústrias em escala pontual nas áreas metropolitanas, sobretudo, em São Paulo. Mas o processo de desindustrialização ainda não se consolidara. Somente na década de 1990, no então governo Fernando Collor de Mello, houve a consolidação do processo de desindustrialização em alguns pontos do município de São Paulo, por causa da intensificação da política de abertura econômica e com o advento do neoliberalismo.

Mas é nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso que esta política ganhou contornos definitivos e foi gerida com maior “competência”, de acordo com os ditames impostos pelo Consenso de Washington. Desta forma, os produtos nacionais sofreram a concorrência direta de produtos produzidos no exterior. Como muitas indústrias nacionais não conseguem vencer esta concorrência por não terem recursos tecnológicos suficientes para alcançar tal objetivo, iniciou-se um processo de “quebradeira” geral de alguns setores industriais, como o têxtil, e o de couro e de calçados. Com isso, foi inevitável o fechamento de muitas indústrias.

Outro fator importante em relação ao contexto histórico foi o processo de concentração de capitais e a fusão de unidades industriais. Este processo ocorreu como uma estratégia de grandes empresas nacionais poderem se adequar ao novo mercado mundial, já em plena formação com o processo de mundialização do capital. A união de capitais de grandes empresas nacionais poderia fortalecer-las para enfrentar a concorrência externa. Em muitos casos, até mesmo grandes empresas industriais se uniam a uma outra transnacional, de modo a não enfraquecer na concorrência por mercado. Aliada à concentração de capitais e a fusão de empresas industriais, dentro do novo contexto, temos também um processo de realocação espacial das indústrias.

Este caso é bastante significativo quando destacamos o município de São Paulo, localidade fortemente marcada pela formação de um parque industrial no interior do seu território. Hoje, isso se altera muito. Temos atualmente o processo de sucateamento deste parque industrial, desencadeado por uma série de motivos, tais como o grande aumento do valor do solo urbano nas áreas próximas às ferrovias, exatamente onde se concentrava a maior parte dos antigos bairros industriais e operários.

Atualmente esses antigos bairros foram muito valorizados, o que tornou praticamente inviável o seu uso predominantemente industrial, e mais ainda a possibilidade de crescimento das antigas plantas industriais já consolidadas nestas localidades desde as décadas de 1960 e 1970. Assim, grandes grupos empresariais passaram a concentrar ainda mais seu capital e a praticar as fusões, aumentando o controle sobre o mercado. Além disso, os incentivos fiscais dados por outros estados serviram de estímulo para as grandes indústrias deixarem o município de São Paulo. Outro fator foi o avanço das tecnologias de informação, possibilitando uma comunicação direta de uma filial com sua indústria matriz.

São Paulo sofreu muito com a saída das indústrias, principalmente os antigos bairros industriais e operários que viram o desemprego estrutural e o surgimento de áreas degradadas crescerem no seu interior. Muitas dessas áreas, demoraram para ser reocupadas por outras atividades, outras continuam com suas construções, armazéns ou galpões abandonados.

Enfim, a ocorrência do processo de desindustrialização se dá na escala pontual em partes das grandes metrópoles do mundo, como é o caso analisado acima da Região Metropolitana de São Paulo, onde alguns bairros do município de São Paulo passam por este processo. Não podemos falar de desindustrialização da região metropolitana de São

Paulo, mesmo porque alguns municípios têm apresentado crescimento na instalação de plantas industriais, como por exemplo, Mauá e Diadema.

Com relação aos efeitos negativos, destaca-se, como já foi mencionado, o desemprego, que afetou fortemente a população de São Paulo e dos seus antigos bairros operários e industriais. Este desemprego, principalmente nos anos de 1990, teve caráter estrutural e não apenas conjuntural. Os empregos industriais se tornaram um problema sem solução em São Paulo e o número de empregados com carteira assinada caiu significativamente. Como consequência, houve o crescimento da miséria no município de São Paulo e o crescimento de suas periferias, cada vez mais extensas territorialmente. Outro ponto a ser ressaltado é a presença de galpões fechados e terrenos vagos com restos de edifícios industriais, parcialmente demolidos, ainda vistos nos antigos bairros operários e industriais, atuais fragmentos da metrópole paulistana.

No caso do Ipiranga até recentemente, esta visualização da paisagem era facilmente encontrada. Atualmente ainda achamos alguns terrenos e galpões fechados pela atividade industrial, mas outros usos se fazem mais presentes nos dois últimos anos. O aumento de construções verticalizadas, notadas por nós nas observações de campo no Ipiranga, é um fato recente. Ocorre de dois anos para cá com frequência. Isto é uma consequência da saída das indústrias destes bairros, em nossa visão é um elemento que nos ajuda a comprovar o processo de desindustrialização no Ipiranga.

Em nossa visão, o processo de desindustrialização, não implica necessariamente no abandono das áreas, mas também em um novo uso posterior que não tinha relação com a indústria. Verificamos, essa nova utilização no Ipiranga através da construção de vários condomínios verticais. Além disso, estes novos usos também estão ligados ao setor do comércio e serviços.

Retomando o conceito de desindustrialização, Guglielmo (s/d) nos remete ao problema da escala de análise como ponto central na discussão referente ao processo em destaque. Muitos estudiosos o colocam nas escalas regionais, provinciais ou até mesmo nacionais. Guglielmo (s/d) ainda nos diz que o processo de desindustrialização só ocorre em alguns pontos ou zonas. Isto ele afirma em estudo sobre a antiga área do planalto de Saint-Denis, município localizado próximo a Paris, onde é evidente na paisagem o abandono provocado pelo processo de desindustrialização e consequente degradação de muitas áreas.

Como veremos mais adiante, em outras escalas de análise não existe desindustrialização e sim um processo de desconcentração industrial. O processo de desindustrialização só ocorre em nível local em áreas onde a indústria tenha se retirado.

No caso de São Paulo, podemos aplicar a análise de Guglielmo (s/d) ao Ipiranga. Isso decorre do fato desta localidade ser um ponto dentro da região metropolitana da Grande São Paulo, onde a atividade industrial deixou de ser o fator pujante de sua economia.

Hoje, o Ipiranga é um dos pontos da metrópole onde as antigas indústrias deixaram o ar de abandono em sua paisagem. Terrenos vagos com mato crescendo, antigos galpões fechados são testemunhos do processo de desindustrialização que observamos ao longo do nosso estudo.

Segundo Ramos (2001) em sua dissertação de mestrado sobre o bairro da Água Branca, o processo de desindustrialização teve início com maior vigor na década de 1980, mas sua gênese ocorreu no final da década de 1960 e início dos anos de 1970 (mesmo que não fosse visível espacialmente), momento no qual se acentuou a participação do capital estrangeiro na economia. Por conseguinte, era o momento em que o empresariado nacional definitivamente sofria claros golpes da política econômica, visando tanto o favorecimento da economia oligopolista transnacional quanto dos setores mais dinâmicos, como o de bens de capital e de consumo durável.

Antigos bairros operários e industriais de São Paulo como a Lapa, Água Branca, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Ipiranga, Sacomã e Vila Prudente possuem algumas áreas de abandono provocado pela saída das indústrias, transmitindo-nos um ar de solidão e degradação quando por lá passamos. Do ponto de vista do modo de produção capitalista, estas áreas urbanas são locais de reserva de valor, ou seja, estão esperando a valorização para serem utilizados para novos usos. Como consequência disso, vem se tornando cada vez mais claro nos antigos bairros operários e industriais o avanço do processo de verticalização, onde condomínios passam a ocupar as áreas das antigas indústrias.

Desta forma, o processo de desindustrialização é mais do que a simples saída das indústrias na escala pontual do bairro. É também um processo ligado à implosão-explosão da cidade de bairros. (cf. Seabra, 2003).

Há que se esclarecer aqui a distinção entre os processos de desconcentração industrial e de descentralização industrial. O Ipiranga sofreu o processo de desindustrialização, em parte, relacionado ao processo de desconcentração industrial.

No entanto, sabemos que esses processos não foram acompanhados de uma descentralização industrial, este ligado aos capitais industriais. A descentralização industrial ocorre quando o chão de fábrica e a sede da indústria deixam o seu local de origem. Em geral, este fato não ocorre no estado de São Paulo e nem no Brasil. Podemos afirmar, assim, que na região metropolitana da Grande São Paulo, existe um processo de desconcentração industrial (cf. Lencioni, 1991). Enquanto isso, em alguns pontos desta mesma área, temos o processo de desindustrialização.

Em relação ao Ipiranga, constatamos a presença do processo de desindustrialização através dos dados obtidos no Cadastro Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1965, e em nossa observação de campo realizada no ano de 2009. A delimitação de parte do bairro do Ipiranga abrangeu quatro ruas: Agostinho Gomes; Cipriano Barata; Silva Bueno e a Bom Pastor. Os critérios levados por nós em consideração foi o fato destas ruas atravessarem grande parte do antigo bairro industrial e operário do Ipiranga e por conterem a maior produção industrial do bairro no ano de 1965.

Segundo esses dados, o número de indústrias atingira nessas quatro ruas, um total de 157. Mais recentemente, em nossas observações de campo realizadas no ano de 2009, vemos o total de indústrias nestes quatro logradouros chegando ao patamar de 17 unidades industriais. Conforme visto, 140 indústrias deixaram estas quatro ruas do bairro.

Nessa área por nós delimitada, foram relacionados, para cada um desses logradouros, o número de unidades industriais existentes no ano de 1965 e as indústrias presentes atualmente (conforme levantamento de campo). O primeiro logradouro analisado foi a rua Agostinho Gomes, seguida pela Cipriano Barata, Bom Pastor (antigo caminho do mar) e Silva Bueno.

Na Rua Agostinho Gomes havia 33 unidades industriais em 1965. Em 2009, constatamos a existência de apenas 5 indústrias, em relação às existentes no ano de 1965. Na Cipriano Barata o número de indústrias em 1965 era maior quando comparamos com os dados da Agostinho Gomes, havia, 37 unidades fabris. Em 2009, o número de indústrias caiu para 6, conforme verificamos na observação de campo.

A Rua Bom Pastor, em 1965, possuía 45 estabelecimentos industriais. Atualmente verificamos em campo que também ocorreu uma redução na quantidade de indústrias, restando apenas 4 unidades fabris.

O último logradouro analisado, a Rua Silva Bueno, tinha, em 1965, 42 indústrias, número que despencou para 3 estabelecimentos industriais, conforme vimos *in loco* no dia 08/07/2009.

Desta forma, pela comparação dos dados de 1965 do IBGE aos nossos de 2009, podemos afirmar que ocorreu uma redução do número de indústrias na área de estudo. Assim, podemos confirmar o processo de desindustrialização no Ipiranga, pois os logradouros observados atravessam grande parte do antigo bairro operário e industrial, além de terem, no passado, comportado a maior concentração de indústrias em 1965 (cf. mapas 2 e 3).

Mapa 2 – Indústrias da área de estudo/1965

Enfim, o processo de desindustrialização é marca característica do Ipiranga de hoje, assim como em outras localidades imersas na metrópole paulistana como os antigos bairros operários e industriais da Móoca, Vila Prudente, Sacomã, Lapa, Brás, Barra Funda e Água Branca. No próximo item, destacaremos o processo de especulação imobiliária que vem sofrendo, recentemente, um grande alavancamento com o aprofundamento e a extensão do processo de verticalização para a maior parte do Ipiranga.

3.5 O processo de especulação imobiliária no Ipiranga e o novo papel da área de estudo no conjunto da metrópole

A saída das indústrias do Ipiranga gerou, e ainda gera, uma variada gama de questões: Que repercussões terá esse acontecimento na vida do bairro? Como o Ipiranga está reagindo à saída de suas indústrias? Ocorrerão outros processos no bairro concomitantes à saída das unidades fabris? Como as mudanças socioeconômicas refletem na paisagem do Ipiranga?

O processo de industrialização desmoronou na década de 1990, no antigo bairro operário e industrial do Ipiranga. Como consequência disto, nota-se o predomínio do processo de desindustrialização do Ipiranga, claramente identificado através da presença dos galpões industriais fechados e outros utilizados para novos usos, como armazéns, distribuidora de produtos para o comércio, etc. Algumas áreas do Ipiranga começaram a transmitir as sensações de vazio e abandono para os seus habitantes e transeuntes. Isto é uma característica que marca a paisagem do Ipiranga, pois as áreas ainda sem novos usos são mantidas como “áreas de reserva de valor” segundo as leis do mercado do modo de produção capitalista, em particular no urbano. Desse modo, os terrenos abandonados pela atividade industrial passam a ter novos usos, como o estabelecimento de atividades comerciais e as novas construções verticalizadas.

Na região metropolitana de São Paulo, vivemos uma intensificação do processo de verticalização nos antigos bairros. Em relação à atuação das empresas do setor imobiliário, segundo informações obtidas pelo jornal O Estado de São Paulo (15/06/2009, “Caderno Metrópole”, p. C1) o mercado imobiliário tem concentrado suas estratégias na orla ferroviária. Bairros como Tatuapé, Penha, Vila Prudente e Ipiranga, estão passando por um processo de crescimento de construções verticalizadas. Ainda

segundo informações do referido periódico, bairros como o Ipiranga já possuíam 14 empreendimentos imobiliários já lançados até abril de 2009. Número significativo, a nosso ver, e facilmente constatado pela nossa percepção visual no trabalho de campo realizado no Ipiranga.

No Ipiranga fizemos um levantamento do número de mapas elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – que tem como base os dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, relativo aos lançamentos imobiliários verticais dos anos de 1992 até 2006. Neles verificamos o crescimento do processo de verticalização para o município de São Paulo no período destacado. Estes mapas apresentam o município e seus distritos, sendo que nessa divisão cabe destacarmos o distrito do Ipiranga, com seus lançamentos imobiliários no período compreendido entre 1992 e 2006. (cf. mapas 4,5,6,7 e 8).

Mapa 4 – São Paulo – Município
Lançamentos Imobiliários Verticais por Distritos -
1992/1994

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo, 2006)
com base nos dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP, 1992/2006).

Distrito do Ipiranga
1 Lançamento

Mapa 5 – São Paulo – Município
Lançamentos Imobiliários Verticais por Distritos - 1995/1997

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo, 2006)
com base nos dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP, 1992/2006).

Distrito do Ipiranga
1 Lançamento

Mapa 6 – São Paulo – Município
Lançamentos Imobiliários Verticais por Distritos -
1998/2000

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo, 2006)
com base nos dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP, 1992/2006).

Distrito do Ipiranga
1 Lançamento

Mapa 7 – São Paulo – Município
Lançamentos Imobiliários Verticais por Distritos - 2001/2003

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo, 2006)
com base nos dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP, 1992/2006).

Distrito do Ipiranga
1 Lançamento

Mapa 8 – São Paulo Município
Lançamentos Imobiliários Verticais por Distritos - 2004/2006

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Paulo, 2006)
com base nos dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP, 1992/2006).

Distrito do Ipiranga
1 Lançamento

Para o distrito do Ipiranga, segundo os dados levantados a partir dos mapas elaborados pela SEMPLA, do município de São Paulo, que utilizam a base estatística de dados da EMBRAESP, temos a seguinte evolução no número de lançamentos imobiliários verticalizados: 1992/1994: 10; 1995/1997: 6; 1998/2000: 14; 2001/2003: 18; 2004/2006: 9.

A partir destes números podemos inferir que, ao longo do período em destaque (1992-2006), tivemos um forte crescimento do processo de verticalização do Ipiranga, principalmente no intervalo compreendido entre os anos de 1998 a 2003, quando o número de lançamentos imobiliários verticalizados, passou de 14 para 18. Além disso, numa análise de conjunto desses dados, podemos comprovar que na década de 1990 temos, de fato, um *boom* imobiliário no antigo bairro operário e industrial do Ipiranga. Na mesma época o processo de desindustrialização se tornou bastante visível nos antigos bairros operários e industriais do município de São Paulo. Comparando o Ipiranga a outros distritos do município de São Paulo, vemos o mesmo processo em outras áreas próximas deste antigo bairro operário e industrial. (ver tabelas 3.5 a 3.10).

Tabela 3.5 – Lançamentos Imobiliários Verticais no Distrito do Ipiranga – 1992/2006

Período	nº de lançamentos imobiliários verticais
1992/1994	10
1995/1997	6
1998/2000	14
2001/2003	18
2004/2006	9

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – 2006 com base nos dados da EMBRAESP, 1992/2006.

Organização: André Borsa José/2010.

Tabela 3.6 – Lançamentos Imobiliários Verticais no Distrito da Móoca – 1992/2006

Período	nº de lançamentos imobiliários verticais
1992/1994	14
1995/1997	7
1998/2000	10
2001/2003	14
2004/2006	10

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – 2006 com base nos dados da EMBRAESP, 1992/2006.

Organização: André Borsa José/2010.

Tabela 3.7 – Lançamentos Imobiliários Verticais no Distrito do Tatuapé – 1992/2006

Período	nº de lançamentos imobiliários verticais
1992/1994	24
1995/1997	18
1998/2000	25
2001/2003	18
2004/2006	13

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – 2006 com base nos dados da EMBRAESP, 1992/2006.

Organização: André Borsa José/2010.

Tabela 3.8 – Lançamentos Imobiliários Verticais no Distrito da Vila Mariana – 1992/2006

Período	nº de lançamentos imobiliários verticais
1992/1994	29
1995/1997	36
1998/2000	37
2001/2003	32
2004/2006	30

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – 2006 com base nos dados da EMBRAESP, 1992/2006.

Organização: André Borsa José/2010.

Tabela 3.9 – Lançamentos Imobiliários Verticais no Distrito do Sacomã – 1992/2006

Período	nº de lançamentos imobiliários verticais
1992/1994	15
1995/1997	18
1998/2000	21
2001/2003	19
2004/2006	14

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – 2006 com base nos dados da EMBRAESP, 1992/2006.

Organização: André Borsa José/2010.

Tabela 3.10 – Lançamentos Imobiliários Verticais no Distrito de Vila Prudente – 1992/2006

Período	nº de lançamentos imobiliários verticais
1992/1994	8
1995/1997	9
1998/2000	8
2001/2003	16
2004/2006	11

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA – 2006 com base nos dados da EMBRAESP, 1992/2006.

Organização: André Borsa José/2010.

Pelos dados das tabelas acima podemos verificar que o Ipiranga, apesar de visualmente estar se verticalizando, ainda não supera, em números, os lançamentos imobiliários de seus distritos vizinhos, a exceção à Vila Prudente. Desta forma, o Ipiranga ainda pode sofrer mais com o processo de verticalização, que está em pleno andamento. Também é visível a existência de uma quantidade ainda significativa de espaços para a expansão das construções verticalizadas no futuro.

Observando a evolução da verticalização do distrito do Ipiranga, vemos o antigo bairro operário e industrial incorporando-se ao crescimento na quantidade de construções verticalizadas, próprio de localidades mais próximas do centro do município de São Paulo. Podemos notar, além disso, a ligação entre o processo de verticalização existente no Ipiranga e o processo de desindustrialização local, análogo ao que acontece nos outros pontos da metrópole, como é o caso dos demais bairros operários e industriais. Assim, o Ipiranga vem se tornando uma área de bastante interesse na especulação das frações do espaço urbano, buscando sempre a valorização de áreas para obtenção do maior lucro possível. Podemos inserir esse raciocínio na lógica de transformação do espaço da cidade em mercadoria, com a supremacia do valor de troca nas relações do urbano. (cf. Lefebvre, 1995).

A partir da década de 1990, o processo de verticalização do Ipiranga começou a se intensificar. Mais recentemente, condomínios de quinze a vinte andares começaram a “explodir” praticamente em boa parte do antigo bairro operário e industrial. Estes conjuntos de novos apartamentos têm seus lançamentos buscando a elitização da área de estudo, que tende a ser ocupada, predominantemente, pelas classes média e média alta da capital paulistana. Atualmente a parte baixa do Ipiranga também está sofrendo este processo, alguns condomínios já estão sendo construídos, sendo que um já está habitado, como é o caso do Conjunto Residencial “Condomínio Caminho do Mar”, à Rua Hipólito Soares, financiado pelo banco Caixa Econômica Federal.

Neste condomínio o custo mínimo, por unidade, é de R\$140.000 (2010). É possível, então, percebemos qual tipo de pessoas que o mercado busca para ocupar essas antigas áreas industriais do Ipiranga. Na visão dos especuladores, o surgimento desses lançamentos significa uma vida nova, uma revigoração, um novo estilo de morar, a renovação e a valorização do bairro do Ipiranga.

Outro lançamento imobiliário prestes a ser habitado é o “Plaza Mayor”, da Lopes Construtora; uma das gigantes do mercado. Este condomínio, localizado nas esquinas das Ruas Tabor e Manifesto, tem unidades com quatro dormitórios com uma

suíte, sem contar piscina e quadra poliesportiva que marcam este lançamento como tipicamente de classe média alta. Mais significativa ainda é a construção do “Família Ipiranga”, à Rua Cipriano Barata, no terreno onde até recentemente estava funcionando a Indústria Romiti, recém saída do Ipiranga numa velocidade fenomenal. Isto significa transformações cada vez mais rápidas na formação sócio-espacial do Ipiranga.

No Ipiranga também houve a construção de moradias destinadas às populações menos favorecidas socialmente, no caso, o conjunto da CDHU – Companhia de Desenvolvimento de Habitação Urbana – sito às esquinas da rua Agostinho Gomes com a Leais Paulistanos. Neste local, em 1965, havia uma unidade industrial da Fiação Tecelagem Juta. Porém, apenas como propósito inicial, este lançamento verticalizado do governo do estado de São Paulo deveria ser de interesse social. Mas os interesses das elites do Ipiranga e das empresas que estão lançando, construindo ou que pretendem construir, “falaram mais alto”. Mesmo prontos para moradia em 2008 e com a pressão dos movimentos sociais dos sem teto, o conjunto em 2008 continua desabitado.

Segundo notícias da imprensa escrita local, o conjunto da CDHU construído no Ipiranga visava, inicialmente, servir de moradia para moradores de favelas, encortiçados e de áreas de risco de enchentes do próprio Ipiranga. Sob pressão da Associação dos Moradores do Ipiranga, o então governador do Estado de São Paulo, José Serra (PSDB), modificou o critério para sorteio dos novos moradores, priorizando funcionários públicos estaduais. Desta forma, vimos a posição do capital definindo mais uma vez a quem o antigo bairro operário e industrial deve ser destinado. (cf. *Ipiranga News On Line*, setembro, 2004.).

Ao nosso ver, este fato deveria ser denunciado, pois os interesses de construtoras e imobiliárias, que estão verticalizando o Ipiranga, não deveriam inviabilizar projetos de moradia social, manipulando a política dos governos estadual e municipal de São Paulo. Na visão destes representantes do capital, o pobre desvaloriza o bairro e, por isso, não pode coabitar uma área destinada àqueles sujeitos sociais com alto poder aquisitivo. Mais uma vez notamos a manutenção da discriminação contra a população mais pobre, fato bastante inerente à uma sociedade de classes.

E como estes representantes do capital, construtoras e imobiliárias reaproveitam o conceito de bairro? De forma ligada ao *marketing* imobiliário. Como já destacamos, os ideais do próprio nome de alguns condomínios verticalizados – Família Ipiranga, *Ipiranga Sports Village* visam incorporar o ideal saudosista do bairro. Desta forma, o saudosismo do bom e velho bairro hoje é utilizado como *marketing* para a venda dos

novos condomínios que vem surgindo em áreas como a do Ipiranga. Mas é evidente que apenas alguns tipos humanos podem viver desta ilusão, como acontece com as classes média e média alta em São Paulo. Por isso, quando se procura dar uso social a uma determinada área do Ipiranga, a pressão do capital vence, não permitindo a entrada de moradores estranhos à classe social escolhida para habitar “o novo e revigorado bairro do Ipiranga”, nos termos da propaganda imobiliária.

Esta é a perversidade de se viver numa metrópole, onde a divisão sócio-espacial por camadas sociais é bastante visível na sua paisagem. Algo concreto e que mostra como, historicamente, foram sendo definidos os bairros de ricos e de pobres e operários na cidade de São Paulo.

Na área de recorte, o nosso estudo constatou nos quatro logradouros observados que as construções verticais no Ipiranga são bem significativas e ocuparam boa parte dos antigos terrenos industriais (ver tabela 3.11).

Tabela 3.11 – Construções Verticais Observadas na Área de Estudo - 2010	
Nome do logradouro	Lançamentos verticais observados
Agostinho Gomes	2
Cipriano Barata	6
Bom Pastor	4
Silva Bueno	7

Fonte: Trabalho de campo – 06 e 08/07/2009.

Organização: André Borsa José/2010.

Nas quatro ruas observadas vimos uma concentração maior de edificações nas ruas Silva Bueno: 7 e Cipriano Barata: 6. Na Bom Pastor temos 4 construções verticais. Somente na Agostinho Gomes esse número é menor, conforme destacado na tabela. Vejamos, neste momento, a iconografia que nos mostra a atual verticalização dos antigos terrenos industriais existentes na nossa área de estudo.

Foto 5 - Condomínio Ipiranga *Sports Village*, localizado à rua Agostinho Gomes 454, foto obtida no site <http://maps.google.com.br> 2009.

Foto 6 – Conjunto de torres verticais da Companhia de Desenvolvimento de Habitação Urbana – CDHU, localizada à rua Agostinho Gomes, 851. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009

Foto 7 – Conjunto de predinhos, localizados à rua Cipriano Barata, nº801/811. Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 8 – Condomínio recentemente habitado, localizado à rua Cipriano Barata, nº 1749.
Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 9 – Vista do Condomínio *Champs Elysées*, localizado à rua Cipriano Barata nº1967. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 10 – Conjunto de torres em construção, localizado à rua Cipriano Barata, nº2165/2200. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 11 – Conjunto de predinhos, localizados à rua Cipriano Barata, nº2669. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 12 – Vista do edifício Duque do Ipiranga, localizado à rua Cipriano Barata, nº3025. Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 13 – Vista de um antigo predinho, localizado à rua Bom Pastor, nº1305F. Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 14 – Conjunto de torres em construção, lançamento da GTV Imóveis, localizadas à rua Bom Pastor, nº1423/1473. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 15 – Vista do Edifício Almeria, localizado à rua Bom Pastor, nº1426. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 16 – Conjunto de torres em construção, localizadas à rua Bom Pastor, nº2922, o futuro Condomínio Terraço do Ipiranga, ao lado do Terminal e Estação de Metrô Sacomã (ao fundo). Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 17 – Edifício Victorio Fongaro, localizado à rua Silva Bueno, nº852. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 18 – Vista de um predinho com lanchonete no andar inferior, localizados à rua Silva Bueno, nº934. Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 19 – Vista de um predinho, localizado na rua Silva Bueno, nº991. Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 20 – Vista de um predinho comercial de esquina, localizado à rua Silva Bueno nº 1587. Foto tirada por Iolanda Borsa José/2010.

Foto 21 – Vista da torre da empresa da família Dissei, localizada à rua Silva Bueno, nº1660/1676. Note a arquitetura pós-moderna em vidro fume. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br> 2009.

Foto 22 – Vista do Edifício Brescancini localizado à rua Silva Bueno, 1891. Foto obtida no site <http://www.maps.google.com.br>

Através da iconografia acima destacada podemos descrever, analiticamente, os lançamentos verticais em cada um dos logradouros destacados neste estudo.

À rua Agostinho Gomes, como vimos na tabela 3.11 (Construções Verticais Observadas na Área de Estudo), temos 2 construções verticalizadas em terrenos anteriormente ocupados por indústrias. Na altura do nº 454, temos o conjunto de torres “*Sports Village Ipiranga*” (cf. foto 5). Este lançamento é da empresa Abyara e a empresa construtora é a EZTC. Em 1965, o terreno atualmente ocupado pelo referido condomínio, pertencia à Industil S. A., uma indústria do ramo têxtil (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

Em relação ao grupo *Abyara Brasil Brokers*, esta empresa possui, somente no Ipiranga 4 lançamentos imobiliários, segundo dados fornecidos pelo site <<http://www.abbyara.com.br/imoveis.aspx>>. Entre eles temos o Família Ipiranga, com

obras já iniciadas e apartamentos com 3 dormitórios (3 suítes), cujas unidades custam a partir de R\$631.331,00, localizado à rua Cipriano Barata, nº 926. Outro lançamento desta empresa é o Condomínio Soberano, com apartamentos de 4 dormitórios ou 3 suítes e área de 213 e 337 m² privativos a partir de R\$ 1.219.300,00, localizado na rua Xavier de Almeida, 717. Além destes condomínios destacam-se o “*Sports Village Ipiranga*” já assinalado (com apartamentos de 2 e 3 dormitórios – 1 suíte – 72 e 94 m² privativos de área e preços a partir de R\$ 362.410,00) e o “Vereda Ipiranga” na rua Lino Coutinho, 75 (com apartamentos de 4 dormitórios – 2 suítes – 146 m² privativos de área e preços a partir de R\$ 545.617,00).

No número 851 da rua Agostinho Gomes, existe atualmente um conjunto de torres pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU – conforme já comentado (cf. foto 6). Nesse terreno, em 1965, localizava-se a Fiação Tecelagem Juta S A (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

Descrevendo as construções verticais da rua Cipriano Barata (ver tabela 3. 11) há 6 conjuntos de apartamentos neste logradouro.

Á altura dos nºs 801/811, existe atualmente um conjunto de predinhos residenciais (cf. foto 7) cujo terreno abrigava duas unidades industriais no ano de 1965: a Palanche e Beccaro LTDA, além da Protebrás Proteção Técnica LTDA (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

Caminhando no sentido Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (ABC), na altura dos nºs 1749/1752 observamos um recém lançamento construído pela empresa Disse Engenharia com financiamento do Banco Bradesco (cf. foto 8). Em relação a este lançamento não conseguimos obter informações a respeito da empresa imobiliária que comercializou este empreendimento. Em 1965, no terreno ocupado por este condomínio, havia duas indústrias em operação: a Malharia Crismare LTDA e a Irmãos Mauri & Cia (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

Á altura do nº 1967, há o Edifício *Champs Elysées*, condomínio instalado a um certo tempo na nossa área de estudo (cf. foto 9). No terreno hoje ocupado por esta construção vertical, em 1965, se localizava a unidade industrial da Brasimet Com. e Ind. S.A. (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

Continuando pela rua Cipriano Barata (sentido ABC) á altura dos nºs 2165/2200, encontramos um conjunto de torres em construção, da empresa ENIX – Empreendimentos e Construções LTDA - com o financiamento do Banco Itaú (cf. foto 10). Em relação a este lançamento não obtemos informações a respeito da empresa

imobiliária que comercializou. Em 1965, as indústrias Cia. Calçados *Clark* e Bates do Brasil S A ocupavam o terreno hoje verticalizado (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

No nº 2669 observamos um conjunto de predinhos (cf. foto 11), cujo terreno pertencia no ano de 1965, à Ind. Meias *Chartun* LTDA (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965). E na altura do nº 3025, localizamos o edifício Duque do Ipiranga, presente há algum tempo no Ipiranga (cf. foto 12), no terreno pertencente em 1965 à indústria Rodolfo Bergamo (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

Neste momento, descreveremos a Rua Bom Pastor (antigo caminho do mar), que atualmente possui 4 lançamentos imobiliários verticais localizados em terrenos de antigas indústrias do ano de 1965. Estes edifícios estão presentes nos nºs 1305 F, 1423/1473, 1426 e 2922. No 1305 F temos um predinho onde em 1965 se localizava a Pacchini & Cia LTDA (cf. foto 13). Na altura dos nº 1423/1473, observamos um conjunto de torres comercializadas (cf. foto 14) pela GTV Imóveis e construída pela Santorbill (já com pessoas residindo) no terreno anteriormente ocupado, por uma outra unidade da indústria Pacchini & Cia LTDA e a Padaria Confeitaria Bom Pão LTDA (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965). No nº 1426 temos o edifício Almeria (cf. foto 15), já presente há algum tempo no Ipiranga, no terreno da antiga Indústria de Brinquedos Ypiranga LTDA existente no ano de 1965. (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965). Finalmente, na altura do nº 2922 (próximo ao Terminal e Estação do Metrô Sacomã, Linha Verde) temos um conjunto de torres em construção (o futuro Condomínio Terraço do Ipiranga) que tem entrega prevista para novembro de 2010 (cf. foto 16), financiado pelo Banco Santander. Este condomínio ocupa atualmente o terreno da indústria Carbono, Metalização e Anodização (cf. Cadastro Industrial do IBGE/1965).

O último logradouro de nossa área de estudo é a Rua Silva Bueno, considerado centro comercial do Ipiranga. Neste logradouro, temos 7 construções verticais nas áreas anteriormente ocupadas por indústrias no ano de 1965. Na Silva Bueno a localização destes edifícios e prédios estão nos nºs 852 (Edifício Victorio Fongaro – foto 17), no nº 934 está um conjunto de predinhos com lanchonete no andar inferior (foto 18); 991/999 está um predinho (foto 19), no nº 1587, está um predinho comercial com comércio também no andar inferior (foto 20) e ainda um edifício comercial da construtora Ipiranga *Ofices* II da família Dissei no número 1660/1676 (foto 21) e finalmente, no nº 1891, está o edifício Brescancini (foto 22).

Ao descrevermos as construções verticais da área em destaque, observamos uma grande heterogeneidade entre as mesmas. A rua Agostinho Gomes possui poucas construções verticais em áreas ocupadas anteriormente por indústrias. Além disso, notamos uma grande diferenciação entre as ruas Bom Pastor e a Silva Bueno. Enquanto a rua Bom Pastor se caracteriza por edifícios residenciais mais novos (alguns recém lançados) e de alto padrão, a rua Silva Bueno é ocupada por edifícios mais antigos e por moradores de classe média. Portanto, podemos afirmar que na rua Silva Bueno, o processo de desindustrialização do Ipiranga é anterior a das outras três ruas estudadas. Desta forma, podemos caracterizar a rua Silva Bueno como um logradouro onde o processo de verticalização não se deu de maneira atrelada às grandes construtoras. Seus edifícios foram construídos por pequenas empresas da construção civil, num processo de verticalização anterior às outras três ruas mencionadas. Além disso, merece destaque, e ocupam grande parte da Silva Bueno, o setor de comércio e serviços: unidades de agências bancárias (Banco do Brasil, Banco Santander, Bradesco, Itaú, Caixa Econômica Federal); supermercados (Dia, Compre Bem, Extra Fácil); lojas de comércio popular (Lojas Americanas, Casas Bahia, Ponto Frio, Lojas Marabrás). Desta forma, este logradouro, se transforma numa área não muito valorizada para as moradias de alto padrão. Ao contrário, na rua Bom Pastor, o comércio existente na parte mais alta deste logradouro, é mais refinado e aparece numa quantidade bem menor quando comparado à Silva Bueno.

O processo de estratificação social dos bairros na cidade de São Paulo é histórico. Portanto, essa nova reestruturação do Ipiranga e sua nova face não são novidades na história da ocupação espacial da metrópole. Desde o século XIX, já se definia, segundo os administradores públicos e as políticas urbanísticas vigentes, quais seriam as áreas habitadas pelos ricos e pelos pobres. O processo de “higienização” das áreas centrais da cidade de São Paulo acontece desde esta época, processo que está ligado à expulsão dos pobres das áreas centrais das grandes cidades. Limpar o centro não é um discurso novo, já existe há anos e tem por objetivo a valorização das áreas centrais das grandes cidades. (cf. Rolnik, 1981).

O Ipiranga não foge à regra. O seu processo de valorização, passa a ser visto como uma grande oportunidade para o mercado imobiliário avançar os seus tentáculos. Com isso, como já vimos, o processo de verticalização se expande de forma significativa, tornando o antigo bairro operário e industrial, uma localidade mais

valorizada. Desta forma, os pobres vão tendo mais dificuldades para permanecer no Ipiranga.

O valor dos aluguéis também sobe nesta localidade. Conforme verificamos com algumas imobiliárias da área de estudo dois sobrados com dois quartos cada um localizados na rua Tabor, travessa das ruas Cipriano Barata, Agostinho Gomes e Bom Pastor, tem o seu aluguel no valor de R\$1.200,00 mensais cada. Na área situada na várzea do rio Tamanduateí, o preço do aluguel de um sobrado com dois quartos na rua Cônego Januário é de R\$800,00 mensais. Desta forma, vemos que o valor dos aluguéis é mais alto fora das áreas sujeitas às enchentes. Mas, mesmo assim, com a chegada da linha verde do metrô e a construção do Expresso Tiradentes, o processo de verticalização começa a se dar nas áreas menos valorizadas do Ipiranga. Estas áreas vão se tornando bastante caras e levando à ameaça de expulsão de muitos moradores pobres do Ipiranga.

Assim, um trabalhador que recebe o atual salário mínimo (R\$510,00) não conseguirá alugar um imóvel no Ipiranga. Restam alguns cortiços na área de várzea desta localidade, sujeita às enchentes e a perda de tudo que o trabalhador juntar. É uma situação, em nossa visão, bastante dramática, mas ela mostra a lógica do modo de produção capitalista. Aos pobres restam as periferias distantes, em muitos casos “cidades-dormitório”, localizadas próximas ao município de São Paulo, como no caso de Itaquaquecetuba, localizada na divisa com a zona leste de São Paulo; é bastante significativo que este município da Grande São Paulo tenha passado a ser um local de expansão da periferia da zona leste de São Paulo.

Fato análogo acontece em Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes no alto Tietê. Desta forma, vemos que a lógica do capital tem por objetivo expulsar os pobres das áreas valorizadas pelos agentes do mercado imobiliário. Assim, o Ipiranga vai se tornando uma localidade onde os pobres não são desejáveis, pelo contrário, como já destacamos no caso da CDHU Ipiranga, são vistos como um entrave ao seu processo de valorização.

Como já destacamos, os ricos habitariam as áreas centrais enquanto os pobres iriam para a periferia. Rolnik (1981, p. 25-26) quanto a este contexto destaca o seguinte:

Ipiranga, Vila Mariana, Vila Prudente, Água Branca, Lapa são ocupados também a partir de fábricas, contando com o trem para o transporte de matérias-primas e mão de obra. São núcleos isolados, de habitações mais esparsas, aqui e ali se diversificando em vilas ou alguma sucessão de casas geminadas. Se entremeiam com chácaras e instituições recém expulsas da cidade por terem ficado dentro da mancha urbanizada quando esta se

expandiu: Hospitais de Isolamento, Asilos, Institutos Disciplinares, cemitérios e matadouros. Lugares do ‘desajustamento’ da doença e da morte, estas instituições se definem para quem propôs deslocá-las como produtoras de ‘efeitos mórbidos’ emanações nocivas que devem permanecer longe da aglomeração humana.

Portanto, o centro de São Paulo era uma área ocupada pelas elites no século XIX, os pobres iam para a periferia, para os bairros operários e industriais. Hoje, a periferia está mais além. Os bairros que, antigamente, abrigavam as indústrias e seus operários, são agora ocupados, predominantemente, pelas classes média e média alta, pois suas áreas se valorizam muito no mercado. Os pobres, então, vão sendo cada vez mais expulsos para as periferias, cada vez mais distantes.

Mesmo em um espaço circunscrito podemos notar a existência de um centro e de uma periferia na sua área de abrangência. Consideremos como “centro” do Ipiranga os setores e logradouros das moradias de alto padrão (horizontais e verticais), onde hoje moram os estratos sociais mais elevados.

A periferia do Ipiranga se localiza nas áreas de baixada do rio Tamanduateí e próximo aos córregos que atravessam esta localidade. Nestas áreas ainda existem alguns sobrados geminados e até terrenos ocupados ilegalmente (com construção de barracos de madeira e alguns de alvenaria), como é o caso de um terreno situado na Avenida do Estado, à altura do nº 7.600; paralela à rua Agostinho Gomes.

Desta forma, a nosso ver, o conceito de periferia não é somente uma questão de localização geográfica, mas, sobretudo, de condições sócio-econômicas para se ter acesso à infra-estrutura do urbano. No entanto, não podemos deixar de mencionar o processo de expulsão dos pobres de áreas centrais para as mais distantes; tendência presente no Ipiranga com o processo de valorização da área, provocada pela verticalização e a consequente melhoria de sua infra-estrutura pelo poder do Estado. Obras recentemente concluídas, como o Expresso Tiradentes e a recém inaugurada estação Sacomã, da linha verde do metrô, constituem investimentos públicos que produzem a valorização dos terrenos aí situados.

Na visão da classe burguesa, segundo atesta Rolnik (1981, p. 53), as moradias devem seguir o padrão de “(...) pouca intensidade de vida social, pouca possibilidade de encontros e misturas em grandes espaços”.

Já aos marginalizados da cidade restavam as moradias precárias nas áreas de menor infraestrutura. No início do século XX, houve, muitas vezes, a resistência através de ataques à propriedade privada. As assembléias destes grupos iniciavam-se em salões

alugados, ganhando depois as ruas do Brás e se espalhando por todos os espaços populares da cidade de São Paulo, incluindo o bairro do Ipiranga. Este processo está ligado à luta por moradias dos movimentos sociais urbanos, como é o caso dos sem teto que lutam para reverter tal situação. Por isso, muitos membros destes movimentos foram presos, assassinados e acusados de anarquismo, acusação que era sinônimo ao de bandido que assaltava a propriedade privada e ia contra a “ordem” estabelecida. (cf, Rolnik, 1981).

Vale lembrar, naquela época, levantar-se contra o Estado significava ficar na prisão por longo tempo e perseguições políticas. Este movimento social teve altos e baixos, mas a ideologia anarquista estava realmente bastante presente nestes grupos. Segundo Rolnik (1981, p. 156) “Por ‘anarquistas’ se entendia todos os grupos e organizações (sindicais, culturais) que compartilhavam dos métodos de ‘ação direta’: cada indivíduo, cada grupo, cada organização é um ponto emissor de idéias libertárias”.

Hoje os movimentos sociais pressionam o Estado para que os pobres tenham acesso à moradia, embora o momento político atual não seja favorável a estas lutas. Mesmo não havendo, legalmente, as punições severas do século passado, a hipocrisia das classes dominantes se impõe como “regras do mercado”, como se fossem algo natural e uma verdade absoluta. Além disso, as fronteiras estabelecidas para diferenciar um membro de movimento social de luta de um simples bandido são muito tênues. Na luta política no Ipiranga, como vimos, falou politicamente mais alto a voz da associação de moradores, comerciantes e de especuladores imobiliários, contra a presença de ex-moradores de cortiços e favelas na CDHU recém construída, futura moradia para funcionários públicos estaduais.

Podemos perceber, assim, a manutenção da mesma lógica do capital do fim do século XIX e início do século XX, onde certas áreas da cidade devem ser destinadas à elite paulistana e outras áreas, as de menor infra-estrutura, para os pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo confirmar a presença do processo de desindustrialização no Ipiranga, analisando suas consequências sócio-espaciais e examinando as transformações evidenciadas na nova paisagem do local.

O Ipiranga foi um bairro formado por indústrias que se instalaram num espaço anteriormente caracterizado pela paisagem de chácaras e pequenos sítios habitados por imigrantes italianos e portugueses e seus descendentes. Inicialmente, grandes unidades industriais se instalaram no Ipiranga, como a Cia. Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga (1906), dos irmãos Jafet, a Linhas Correntes S. A., oriunda dos capitais ingleses (1907) e até hoje presente no Ipiranga; e a fábrica de ferro esmaltado Sílex (1909), que transformaram a paisagem de outrora do bairro caracterizado como operário e industrial.

O processo de industrialização se consolidou na década de 1920, quando outras unidades industriais se instalaram no Ipiranga, entre elas grandes, médias e pequenas fábricas. O bairro foi se tornando operário e industrial. Trabalhadores vindos de várias localidades da cidade de São Paulo e de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André, juntaram-se no *labor* no interior das unidades industriais.

Além dos operários vindos de outras localidades, alguns trabalhadores de indústrias também moravam no bairro do Ipiranga, de modo que podemos afirmar que este já era um bairro operário e industrial em meados do século XX.

Na década de 1960, o Ipiranga já se consolidava industrialmente. Segundo dados do Cadastro Industrial do IBGE/1965, havia neste ano, 943 unidades industriais em todo o distrito do Ipiranga, um número bastante superior às atuais 17 unidades fabris, ainda existentes conforme observamos em nossa pesquisa de campo, realizada nos dias 6 e 8 de julho de 2010. Mas nos anos de 1970, com uma legislação ambiental mais rigorosa, o aumento do valor dos terrenos no Ipiranga e a falta de espaço para instalação de novas unidades industriais, o número de indústrias no bairro do Ipiranga parou de crescer. Foram os sinais do processo de metropolização e a consequente desagregação da cidade de bairros.

Na década de 1980, já temos em curso o processo de desindustrialização no Ipiranga. Mas a visualização clara de todas as consequências da desindustrialização só ocorreu na década de 1990, justamente no período do advento do neoliberalismo no Brasil, como já examinamos. Neste período, a paisagem de galpões industriais abandonados e terrenos com resquícios dos prédios industriais e com mato crescendo, começam a se tornar “comuns” no antigo bairro operário e industrial. Uma sensação de abandono e solidão, passou, então, a tomar conta do espaço abandonado pelas indústrias, sem o imediato uso para outras atividades econômicas.

Mas no final dos anos 90 e início do século XXI, começou a se intensificar o processo de verticalização do Ipiranga. O antigo bairro operário e industrial passa a ser valorizado pelo *marketing* imobiliário, devido à sua posição geográfica relativamente próxima ao centro de São Paulo. Aproveitando-se de um certo “ar de interior” do Ipiranga, as empresas imobiliárias começam a relotear a nossa área de estudo verticalizando-a.

Assim, grandes empresas imobiliárias (como a *Cyrella*, a *Abyara* entre outras) e construtoras como a Lopes, a ENIX, a Dissei Construtora passam a ter o mesmo papel dos antigos loteadores do Ipiranga, como a família Vicente de Azevedo e o Coronel Antônio Proost Rodovalho. Uma nova frente de urbanização dos tempos modernos passa a ditar as normas da formação sócio-espacial do Ipiranga. O discurso publicitário dessas empresas, salvo o contexto histórico, não se difere muito da demagogia dos Vicente de Azevedo. Podemos constatar este fato no próprio nome dos condomínios que procuram valorizar o Ipiranga (Família Ipiranga, *Sports Village Ipiranga*, Verona Ipiranga). Além do característico discurso ideológico, em nossa opinião, estas grandes empresas imobiliárias criam um mito do velho bairro que não mais existe, manipulando a opinião pública e os governos a seu favor.

Pudemos constatar essa manipulação no mencionado caso da CDHU Ipiranga. Unidades verticais que deveriam servir às pessoas menos favorecidas socialmente, acabaram não servindo a esse propósito, pois a pressão de agentes imobiliários, juntamente com a associação de moradores do Ipiranga, acabou levando o governo do Estado de São Paulo, a redefinir uma nova regra ao acesso da unidade CDHU Ipiranga. Agora, somente funcionários públicos estaduais podem fazer parte do sorteio das unidades da CDHU.

Atualmente o conjunto da CDHU, está pronto para morar, mas ainda não existem pessoas vivendo dentro das torres, pois o processo de acessibilidade a essas moradias continua “emperrado” na esfera jurídica.

O Ipiranga, atualmente, é uma localidade onde o habitar vai se escasseando e o *habitat* vai crescendo com o processo de verticalização. O espaço do Ipiranga vai se consolidando como uma mercadoria a ser vendida, não somente aos pedaços, mas até os limites do céu, se possível. Hoje, de acordo com a nossa interpretação da obra *The Production of Space*, de Lefebvre (1995), predomina o valor de troca em detrimento do valor de uso no Ipiranga. Os dois tipos de valores convivem juntos, mas o valor de uso está perdendo espaço para o valor de troca, que passa a ser dominante.

Cadê o usador do Ipiranga? Vivendo de forma fragmentada no interior da metrópole. Presente nas contradições, talvez nas pessoas que ocupam terrenos abandonados pelas indústrias em processo de ocupação ilegal na Avenida do Estado e também na Avenida Presidente Wilson. Essas são as contradições existentes no espaço do modo de produção capitalista financeiro e monopolista.

Com o tempo, as contradições podem explodir como um barril de pólvora, pois nada na história é estático e nenhum modo de produção pode ser eterno. Quando as pessoas subalternas e dominadas pelo modo de produção vão tomar consciência da sua exploração? Talvez estejam formando o gene dessa consciência; ela é lenta, mas com o tempo seu acúmulo pode nos levar as mudanças.

Estudando um pequeno recorte dentro da metrópole paulistana, nos foi possível ver que o Ipiranga reflete os problemas, as desigualdades e as tensões existentes no urbano. No Ipiranga, um lugar imerso na metrópole, em processo de desindustrialização, as tensões e conflitos estão presentes no cotidiano vivido, na especulação imobiliária, na expulsão dos estratos sociais menos favorecidos, nas resistências das poucas indústrias ainda existentes, nos sobrados localizados no vale do rio Tamanduateí e próximos aos córregos que cortam o antigo bairro.

Ipiranga, um lugar de contradições, do choque dos contrários e em processo de transformações sócio-espaciais, dentro da lógica dominante que produz o espaço do modo de produção capitalista. Um outro Ipiranga é possível? Esperamos que sim. Mas essa possibilidade não é facilmente constatada, pois vivemos tempos difíceis atualmente. O tempo do fugaz, do efêmero, onde tudo se passa de forma intensa, mas de modo superficial. Tal lógica retrata a desigualdade gritante produzida nas metrópoles mundiais dentro do processo de industrialização e urbanização da modernidade. E esse

processo de produção do espaço metropolitano é um tema a ser mais explorado e estudado em nossas pesquisas de cunho geográfico.

BIBLIOGRAFIA

AB´SABER, Aziz Nacib. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

AMBROGI, Renato. Relatos históricos do Ipiranga. São Paulo: Rumo Editora, 1982.

ANDRADE, Margarida Maria de. Diadema. Uma área da expansão da indústria na metrópole paulistana. 1979, 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

ANDRADE, Margarida Maria de. Bairros além Tamanduateí: O imigrante e a fábrica no Brás, Móoca e Belenzinho. 1991, 275 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

BARO, Máximo & Bacelli, Roney. Ipiranga. São Paulo: Prefeitura Municipal, Departamento do Patrimônio, 1979.

BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado: Esboço de uma Economia Política Periférica. São Paulo, Brasiliense, 2ª. Edição, 1981.

BRITO, Mônica Silveira. A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911. 2000, 213 f . Dissertação (Mestrado em

Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX. 2006, 258 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRAVERMAN; Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Re) produção do espaço urbano: O caso de Cotia. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DEAN. Warren. A industrialização de São Paulo: 1880-1945 – tradução de Octávio Mendes Cajado – São Paulo: Difusão Européia do Livro: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

FRANCESCHINI, Maria Ângela Vicente de Azevedo. Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga Conde José Vicente de Azevedo: sua vida e sua obra – 2ª Edição ampliada – São Paulo, FNSAI, 1996.

GALBRAITH, Jonh Kenneth. Novo estado industrial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GEORGE *et alii*. A Geografia Ativa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

GEORGE, Pierre. Geografia industrial do mundo. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2005.

GUGLIELMO, Raimound. Desindustrialization l émploy in Sant Denis. S/D. S/E.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1989.

HOBSBAWN, Eric J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

HOBSBAWN, Eric J. Capitão Swing: A expansão Capitalista e as Revoltas Rurais na Inglaterra do Início do Século XIX. Tradução de Marco Antônio Vilella Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinto. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

IANNI, Octávio. Estado e capitalismo: Estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

KOWARICK, Lúcio & CAMPANÁRIO, Milton. “**São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado**”. In: Novos Estudos (13), out/1985, CEBRAP, São Paulo.

LANGENBUCH, Richard Juergen. A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana. 1968. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas, 1968.

LAURENTINO, Fernando de Pádua. Várzeas do Tamanduateí: Industrialização e desindustrialização. 2002 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

LEFEBVRE, Henri. The Production of space. Translated by Donald Nicholson Smith. Oxford & Cambridge USA; Blackwell, 1995.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial: A desconcentração da metrópole de São Paulo. Tese (doutorado em geografia humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

LEWINSOHN RICHARD, Sílvia Rodrigues. Trustes e cartéis. Rio de Janeiro: Edição da Livraria do Globo, 1945.

LIMA, Heitor Ferreira. Evolução industrial de São Paulo: Esboço histórico. São Paulo: Martins, 1954.

LUZ, Nícia Vilella. A luta pela industrialização no Brasil, 1908 a 1930. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MARTIN, André Roberto. Bairro do Brás e a deterioração urbana. 1984. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio: Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano do fim do império ao fim da república velha. São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1992.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo. LECH – Livraria Ciências Humanas, 1981.

MÉSZAROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORSE, Richard. De comunidade à metrópole, Biografia de São Paulo: PMSP, 1953.

PELAEZ, Carlos Manuel. História da industrialização: Crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PEREIRA, José Carlos. Estrutura e expansão da indústria em São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

PETRONE, Pasquale. “As Indústrias Paulistas e os Fatores de sua Expansão”. In: Boletim Paulista de Geografia (14), julho/1953, AGB – São Paulo.

RAMOS, Aluísio Wellinchan. “Desindustrialização na metrópole paulistana – O caso da Água Branca”. In: GEOUSP, nº10; São Paulo; 2001.

RAMOS, Aluísio Wellinchan. Industrialização e desindustrialização na metrópole paulistana: O caso da Água Branca. Trabalho de Graduação Individual (Bacharel em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Fragmentação do espaço da/na cidade de São Paulo: Espacialidades diversas do bairro da Água Branca em questão. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. A cidade como negócio: Aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privado na Barra Funda e na Água Branca (Município de São Paulo) – Um exame crítico da operação urbana Água Branca e do projeto “bairro novo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

ROLNIK, Raquel. Cada um no seu lugar; São Paulo no início da industrialização: geografia do poder. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1981.

SCARLATO, Francisco Capuano. O real e o imaginário no Bexiga: Autofagia e renovação urbana no bairro. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê Pinheiros – Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.

_____. “São Paulo: A cidade, os bairros e a periferia”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). Geografias de São Paulo – Representação e crise da metrópole, São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Urbanização e fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. Tese (Exame de Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Tatiana de Amorim Maranhão Gomes da. Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: Origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Sites pesquisados:

ABYARA BRASIL BROKERS. Dados de lançamentos imobiliários. <http://www.abyara.com.br/imoveis.aspx>. Acesso em 27 set. 2010

IPIRANGA NEWS ON LINE. São Paulo: Suplemento especial da edição nº 347 de setembro, 2004. Disponível em: http://www.ipiranganews.inf.br/suplementos/Ipiranga_2004/suple021.htm. Acesso em 25 set. 2010.

GOOGLE EARTH. Imagem de Satélite 2010. Disponível em <<http://www.googleearth.com>. Acesso em 6 de out. 2010.

GOOGLE MAPS. <http://www.googlemaps.com.br> Acesso em 30/11/2010.

Jornais pesquisados:

O ESTADO DE SÃO PAULO. Caderno Metrópole. P.C1 – 15/06/2009.

Documentos pesquisados:

IBGE. Cadastro Industrial de 1965. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1965.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL. Dados sobre a indústria no Ipiranga. São Paulo, PMSP, 1988.